



I – Introdução

O presente Relatório de Gestão, é apresentado de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A análise orçamental está de acordo com o disposto na NCP-26 – Contabilidade de relato orçamental, enquanto a análise económico-financeira, tem por base as NCP 1 a 25.

De acordo com os dados apresentados, é possível afirmar que o ano de 2024, foi bastante condicionado, ao nível da execução da receita, pela execução dos fundos comunitários, nomeadamente, pelo PRR e pelo empréstimo de aquisição dos 40 autocarros elétricos.

A receita atingiu uma execução de 62,15 % do seu valor previsional. Deste, 91% refere-se à execução da receita corrente.

Importa destacar a execução do IMT com um aumento de 7.395.560 € face a 2024 o que se traduziu em 132,20 % do montante previsto.

Este valor, traduz, em parte, a dinâmica de desenvolvimento que tem sido implementada no concelho, com uma crescente procura do Barreiro para viver e que já vinha evidenciada em anos anteriores.

Do ponto de vista patrimonial, o balanço valoriza-se em 6,96%, enquanto o resultado líquido do exercício apresenta um valor positivo de 6.515.898 €.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no final de 2025 e considerando o rácio existente para o seu apuramento era de 29 dias.

Mantiveram-se os níveis de endividamento em montantes considerados razoáveis, assim como, foram cumpridas todas as regras do equilíbrio orçamental.

Neste relatório, é apresentada, igualmente, uma análise à execução das grandes opções do plano, assim como, um capítulo dedicado à contabilidade de gestão de acordo com o disposto na NCP 27 do SNC-AP, para além de um capítulo síntese sobre a execução financeira do processo de descentralização de competências.



Mesmo com as dificuldades de execução do PRR, que se refletiram na execução das receitas de capital, a despesa de capital, aumentou, globalmente, 27,04 % e 32,33% ao nível das aquisições de bens de capital, o que demonstra a continuação da aposta no investimento público, como fator incentivador do investimento privado, contribuindo assim, para o desenvolvimento sócio económico do Concelho.

Iremos continuar este caminho de investimento e desenvolvimento, desde logo, pela recuperação do espaço público de toda a área do “Barreiro Velho” mas também com a requalificação e construção de infraestruturas educativas, desportivas e de saúde.

Nunca nos damos por satisfeitos do trabalho desenvolvido.

A nossa determinação, vontade e visão de cidade, aliada ao nosso amor pelo Barreiro, são os principais fatores de motivação para fazer do Barreiro de amanhã, um Concelho muito mais desenvolvido, dinâmico e com melhores condições para viver.

Chegados aqui, o Barreiro não pode e não vai parar.



II – Equilíbrio financeiro

II.1 – Nota explicativa

Neste ponto, é apresentado um conjunto de indicadores relativos a equilíbrios ou metas legais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente:

- O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto;
- O Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, publicado no Diário da República n.º 71, 2ª Série, Parte C – indicador relativo ao prazo médio de pagamentos a fornecedores;

3

II.2 – Prazo médio de pagamentos

Ao longo dos últimos anos, o Município do Barreiro, tem vindo a manter o seu prazo médio de pagamentos a fornecedores em níveis bastante aceitáveis.

Este prazo médio de pagamentos, é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} * 365$$

Em que:

t = trimestre

DF = Dívida de curto prazo a fornecedores, observada no final de um trimestre



A – Aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de terem sido liquidadas.

No final de 2025, o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 29 dias, superior em 1 dia ao observado no final de 2024, ou seja, um aumento de 27,78 % em termos relativos.

Quadro n.º 1 - Prazo médio de pagamentos

Unid: n.º de dias

Indicador	2023	2024	2025	Crescimento 2024 / 2025	
				Valor	%
Prazo médio de pagamentos	23	28	29	1	3,57%

Gráfico n.º 1 - Evolução do Prazo Médio de Pagamentos





II.3 – Pagamentos em atraso

De acordo com a Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2025, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem, até final de 2025, para além das já previstas no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2024, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

O Município do Barreiro e, considerando a definição legal estabelecida na alínea e) artigo 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), não tinha pagamentos em atraso no final de 2022 e assim se tem mantido até final de 2025 dando cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor.

Ainda de acordo com o Orçamento de Estado para 2025, as autarquias locais que, em 2024, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2025 não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Tendo, o Município do Barreiro, cumprindo com o acima estabelecido e tendo esta situação sido aferida pela DGAL, ficou assim, fora do âmbito da aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.



III – Análise Orçamental

III.1 – Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, pode ser designado de equilíbrio formal ou global – não há orçamentos deficitários – e a do equilíbrio substancial, i. é, as receitas correntes devem cobrir as despesas correntes, de modo à obtenção de saldos correntes positivos, desde logo, para financiamento das despesas de capital.

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), veio reforçar a regra do equilíbrio orçamental estatuidando no seu artigo 40.º, que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos a médio e longo prazo.

Os dados de fecho de 2025, registam o cumprimento deste conjunto de normas, sendo o valor das amortizações médias calculado nos termos do n.º 4 do artigo 40.º da citada Lei (RFALEI). No caso do Município do Barreiro, este valor para 2025 é de 3.264.103 €.

6

Quadro n.º 2 - Regras do equilíbrio orçamental

Equilíbrios orçamentais	2025	Cumprimento	Enunciado da regra	Fonte
Receita total / Despesa total	101,39%	sim	O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas	POCAL e RFALEI
Receita corrente / Despesa corrente	115,22%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes	POCAL
Receita corrente bruta / (Despesa corrente + Amortização média empréstimos de médio e longo prazo)	109,43%	sim	A receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo	RFALEI

Gráfico n.º 2 - Receita total vs Despesa total

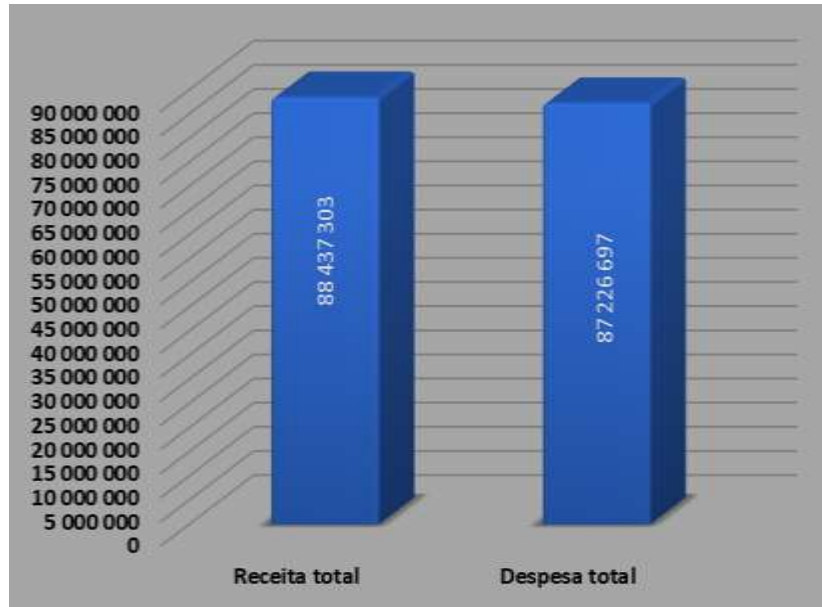


Gráfico n.º 3 - Receita corrente vs Despesa corrente

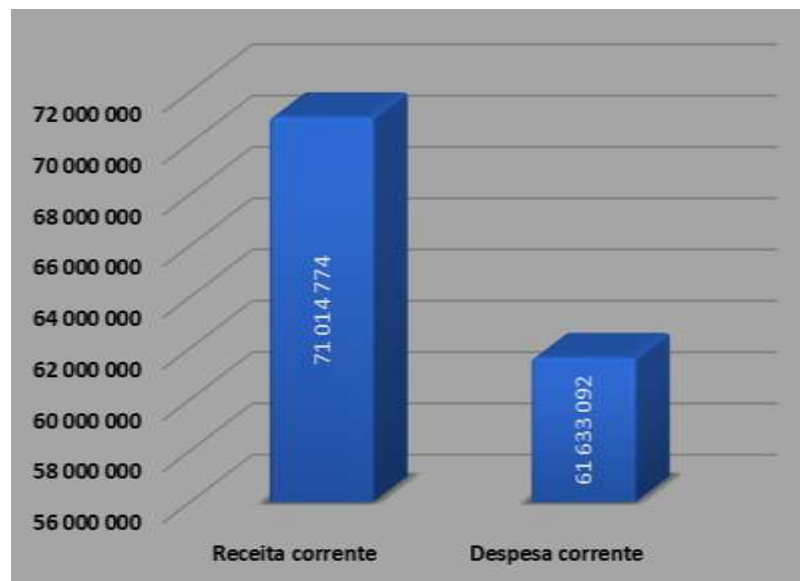
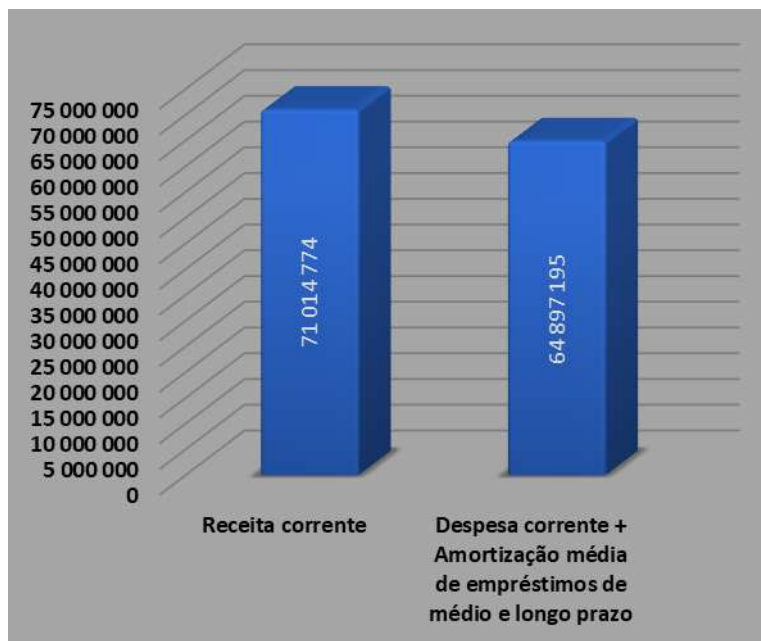


Gráfico n.º 4 - Equilíbrio orçamental



III.2 – Desempenho Orçamental

Quadro n.º 3 - Demonstração do desempenho orçamental

Unid: Euros

Demonstração do desempenho orçamental			
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	4 811 838	Despesas orçamentais	87 226 697
Execução orçamental	3 164 955	Correntes	61 633 092
Operações de tesouraria	1 646 883	Capital	25 593 605
Receitas orçamentais	85 272 348	Operações de tesouraria	189 234
Correntes	71 014 774		
Capital	14 215 920		
Outras	41 654		
		Saldo para a gerência seguinte	3 744 406
		Execução orçamental	1 210 606
Operações de tesouraria	1 076 151	Operações de tesouraria	2 533 800
Total	91 160 337	Total	91 160 337

O mapa do desempenho orçamental discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e de capital, assim como as operações de tesouraria.



No ano de 2025, as receitas cobradas, totalizam 85.272.348 €, adicionando a este valor o saldo da execução orçamental do ano anterior (3.164.955 €) deduzindo dos pagamentos efetuados em 2025 (87.226.697 €) transita, como saldo da execução orçamental para a gerência seguinte, o montante de 1.210.606 €.

As receitas orçamentais correntes, superaram em 15,22 % as despesas correntes.

O saldo global da gerência a transitar para 2025 é de 3.744.406 € correspondendo a 1.210.606 € de operações orçamentais e 2.533.800 € de operações de tesouraria, sendo inferior em 22,18 % ao verificado no ano anterior.

III.3 – Receita

III.3.1 – Evolução da receita

Quadro n.º 4 - Receita total

Unid: Euros

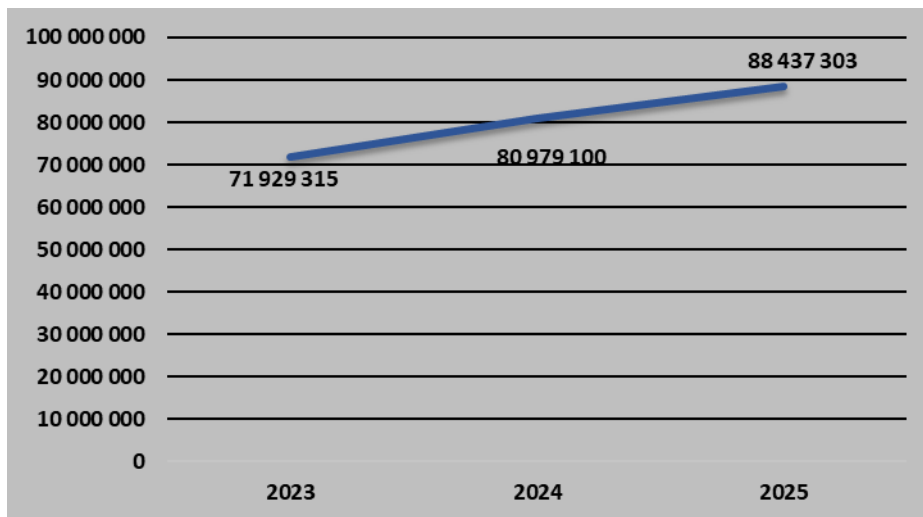
Descrição	2023	2024 (1)	2025			Tx. Cresc. (3/1)-1
			Previsão (2)	Cobrança (3)	Tx. Exec. (3/2)	
Receita corrente	59 522 911	63 193 621	78 089 394	71 014 774	90,94%	12,38%
Receita de capital	9 945 884	13 763 375	61 004 626	14 215 920	23,30%	3,29%
Outras receitas	11 172	3 625	40 000	41 654	104,14%	1048,99%
Saldo gerência ano anterior	2 449 349	4 018 478	3 164 955	3 164 955	100,00%	-21,24%
Total geral	71 929 315	80 979 100	142 298 975	88 437 303	62,15%	9,21%
Total s/ Saldo gerência	69 479 967	76 960 622	139 134 020	85 272 348	61,29%	10,80%

No final de 2025, a receita total do Município do Barreiro, apresenta um aumento de 9,21 % o que, em valor absoluto, se traduz num acréscimo de 8.311.727 € face ao valor recebido em 2024.

As receitas correntes aumentaram 12,38 % face ao ano anterior enquanto as de capital cresceram 3,29 % face ao mesmo período de análise.

Em termos absolutos, estes valores representam um aumento de 7.821.153 € nas correntes e de 452.545 € nas de capital, enquanto o saldo de gerência diminuiu 853.523 €.

Gráfico n.º 5 - Evolução da receita total

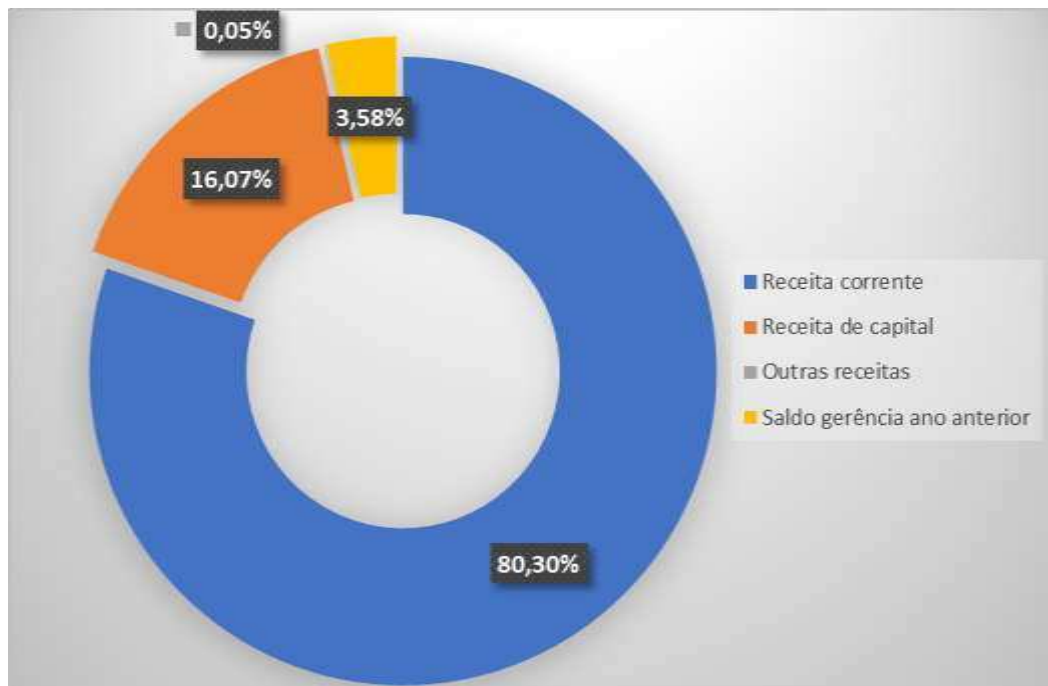


Quadro n.º 5 - Composição da receita por rúbricas

Unid: Euros

Descrição	2023	2024	2025			Tx. Cresc.
			Previsão	Cobrança	Tx. Exec.	
		(1)	(2)	(3)	(3/2)	(3/1)-1
Impostos Directos	17 515 830	17 883 019	23 537 205	25 750 694	109,40%	44,00%
Impostos Indirectos					0,00%	0,00%
Tx, Multas e O. Penalidades	8 330 844	5 005 897	6 340 955	4 457 564	70,30%	-10,95%
Rendimentos de Propriedade	225 861	633 883	250 280	181 199	72,40%	-71,41%
Transferências Correntes	23 989 467	25 671 058	29 894 164	26 360 040	88,18%	2,68%
Venda de Bens e Serviços	9 337 604	13 972 090	17 465 740	13 846 318	79,28%	-0,90%
Outras Receitas Correntes	123 305	27 675	601 050	418 959	69,70%	1413,85%
Sub - total corrente	59 522 911	63 193 621	78 089 394	71 014 774	90,94%	12,38%
Venda de Bens de Investimento	216 825	290 375	168 770	494 000	292,71%	70,12%
Transferências de Capital	7 445 150	7 588 006	20 503 994	6 810 762	33,22%	-10,24%
Ativos Financeiros		1 700 000	6 481 900	2 385 000	36,79%	100,00%
Passivos Financeiros	2 283 909	4 184 995	33 839 962	4 526 157	13,38%	8,15%
Outras Receitas de Capital			10 000		0,00%	0,00%
Sub - total capital	9 945 884	13 763 375	61 004 626	14 215 920	23,30%	3,29%
Reposições não Ab. Pagamentos	11 172	3 625	40 000	41 654	104,14%	1048,99%
Saldo da Gerência Anterior	2 449 349	4 018 478	3 164 955	3 164 955	100,00%	-21,24%
Total geral	2 460 521	80 979 100	142 298 975	88 437 303	62,15%	9,21%

Gráfico n.º 6 - Composição da receita total



Conforme atrás descrito, a receita corrente, aumentou 12,38 % face ao ano anterior, i.é, 7.821.153 € em termos absolutos, tendo atingindo uma execução de 90,94 %.

Gráfico n.º 7 - Evolução da receita corrente

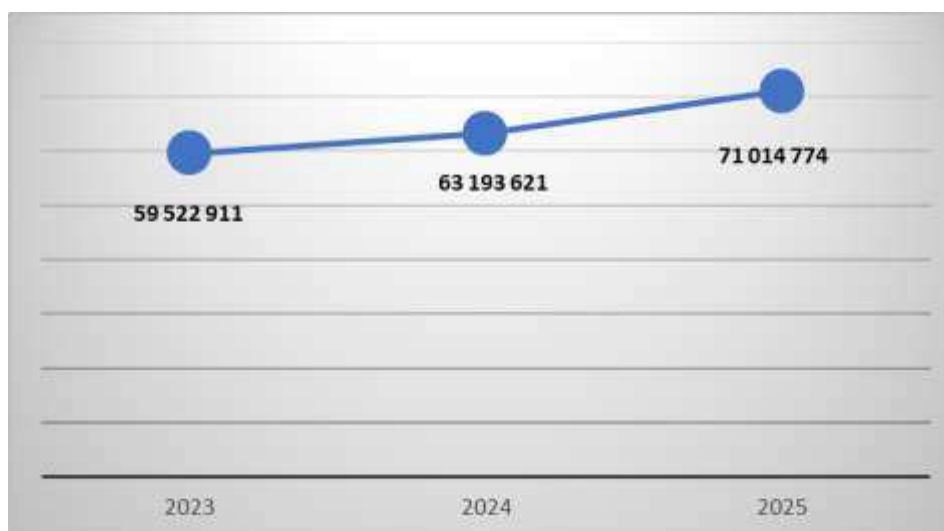
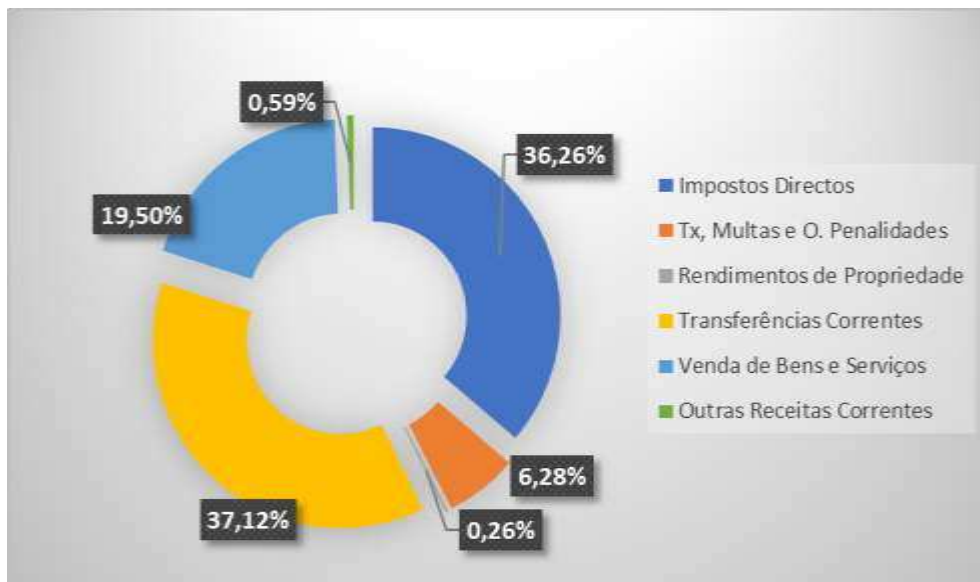


Gráfico n.º 8 - Composição da receita corrente



Os impostos directos, que representam 36,22 % do total do Orçamento, apresentavam uma execução de 109,40 % e um total de 25.750.694 €, traduzindo um aumento de 7.867.674 € face ao período homólogo de 2024, o que equivale a um aumento de 44 %. O IMT apresenta um aumento de 142,80 % face a dezembro de 2024, a Derrama uma redução de 1,49 % enquanto o IUC acresce 2,62%.

O IMI aumenta 4,38 %.

Quadro n.º 6 - Evolução dos impostos directos

Unid: Euros

Descrição	2023	2024 (1)	2025			Tx. Cresc. (3/1)-1
			Previsão (2)	Cobrança (3)	Tx. Exec. (3/2)	
IMI	10 391 628	10 004 466	11 295 000	10 442 362	92,45%	4,38%
IUC	1 812 979	1 821 590	1 806 600	1 869 387	103,48%	2,62%
IMT	4 532 666	5 179 002	9 512 020	12 574 562	132,20%	142,80%
Derrama	777 556	876 901	922 585	863 837	93,63%	-1,49%
Impostos abolidos	1 000	1 060	1 000	545	54,54%	-48,55%
Total geral	17 515 830	17 883 019	23 537 205	25 750 694	109,40%	44,00%

Gráfico n.º 9 - Evolução dos impostos diretos

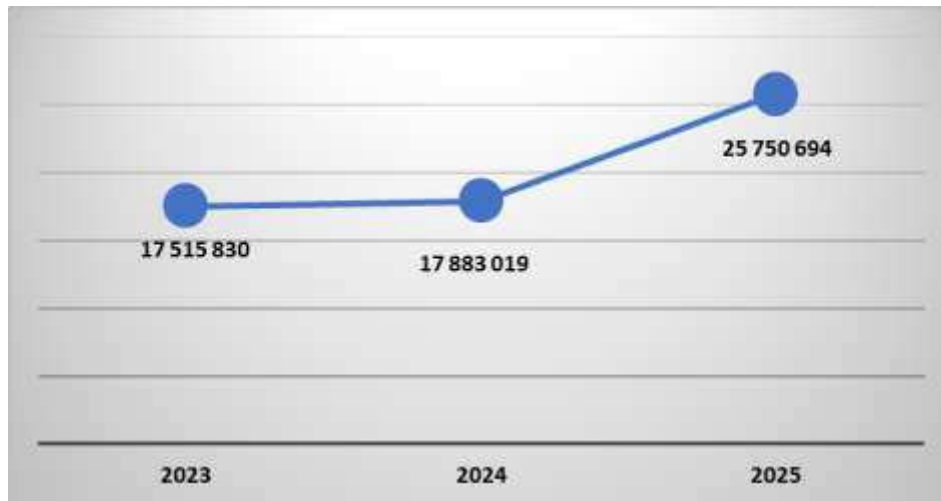
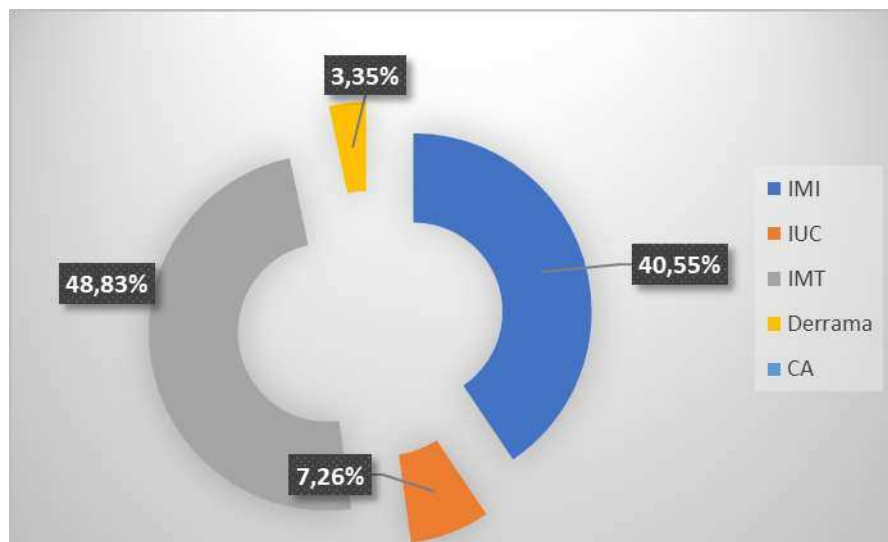


Gráfico n.º 10 - Composição dos impostos diretos



As taxas, multas e outras penalidades apresentavam uma diminuição de 548.333 € ou seja, - 10,95 % face ao mês de dezembro de 2024.

Os Loteamentos e Obras diminuem 429.838 € e, dentro desta rubrica, as Taxas de Construção decrescem 480.728 €.



Os rendimentos de propriedade apresentam um decréscimo de -452.684 € uma vez que, em 2024, tinham sido pagos pelos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro os juros de 2023 dos empréstimos para aquisição dos 60 autocarros.

As transferências correntes registavam um aumento global de 688.983 €. As provenientes das verbas do Orçamento de Estado apresentavam um aumento de 723.878 €, enquanto as transferências decorrentes do processo de descentralização no âmbito da Lei n.º 50/2018, diminuíram 283.471 €. As outras transferências correntes aumentaram 248.575 €.

A venda de bens apresentava uma execução de 3.376.296 €, isto é, 71,20 % do orçamentado e uma diminuição de 4,27 % face ao período homólogo de 2024, enquanto a prestação de serviços e rendas, com uma execução de 10.470.023 €, ou seja, 82,29 % do orçamentado, traduzia um aumento de 0,24 % face ao final de dezembro de 2024.

Gráfico n.º 11 - Evolução da receita de capital

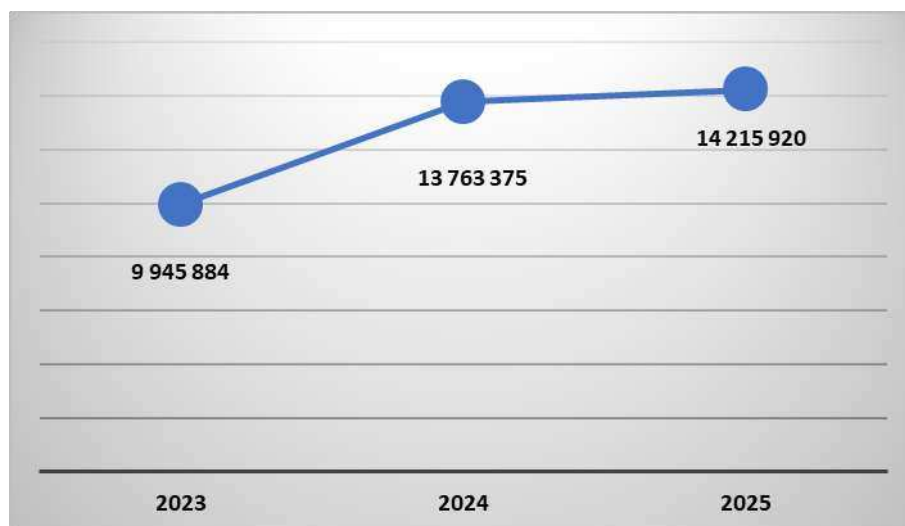
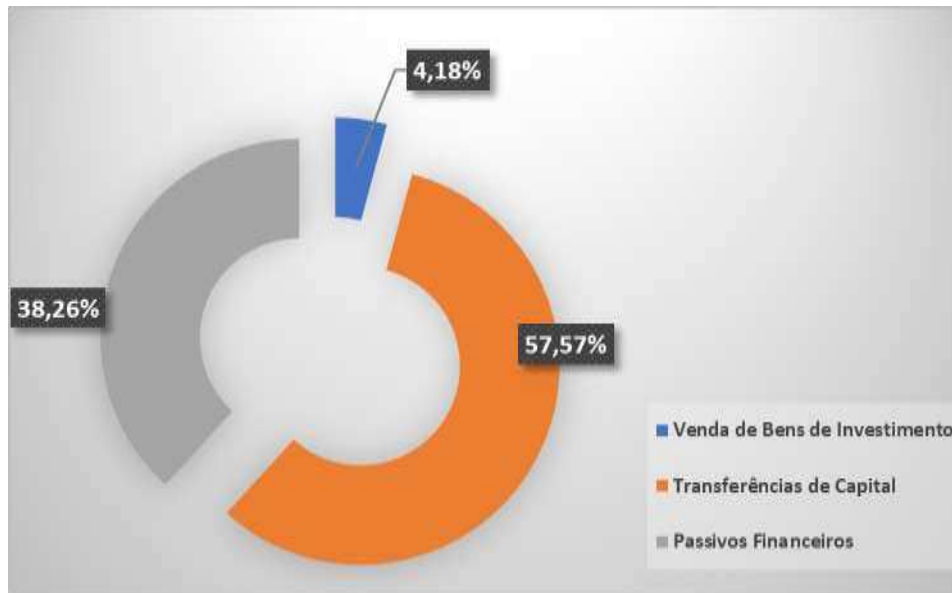


Gráfico n.º 12 - Composição da receita de capital



As receitas de capital registavam uma execução de 23,30 % do seu valor previsional, ou seja, 14.215.920 €. Este valor é superior em 452.545 € face ao recebido até ao final de dezembro de 2024.

O aumento de 341.163 €, nos passivos financeiros, deve-se à utilização de 2.500.000 € do empréstimo de curto prazo, assim como, de 2.006.157 € de empréstimos de médio e longo prazo, nomeadamente, a utilização de 1.726.535 € do empréstimo do Barreiro Velho e 299.622 € da requalificação de logradouros.

Na rubrica de ativos financeiros, o montante de 2.385.000€ deve-se ao pagamento por parte dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro de uma parte do valor das amortizações dos empréstimos para aquisição dos 60 autocarros.



III.3.2 – Indicadores orçamentais da receita

Composição da Receita	2024	2025
Receita Corrente / Receita Total	78,04%	80,30%
Receita Capital / Receita Total	17,00%	16,07%

A receita corrente aumentou ligeiramente o seu peso na receita total do Município, enquanto a de capital decresce por via do acima descrito.

Peso das Principais Rubricas da Receita na Receita Total	2024	2025
IM.I. / Receita Total	12,35%	11,81%
I.U.C. / Receita Total	2,25%	2,11%
Derrama / Receita Total	1,08%	0,98%
I.M.T. / Receita Total	6,40%	14,22%
Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receita Total	6,18%	5,04%
O.E. (Total) / Receita Total	33,47%	32,03%
Transferências correntes / Receita Total	31,70%	29,81%
Venda Bens e Serviços / Receita Total	17,25%	15,66%
Fundos Comunitarios (Total) / Receita Total	7,14%	5,10%

Os impostos diretos aumentam o seu peso sobre a receita total do Município.

Todas as restantes componentes diminuem a sua influência sobre a receita total.

III.4 - Despesa

III.4.1 – Evolução da despesa

Quadro n.º 7 - Despesa total

Unid: Euros

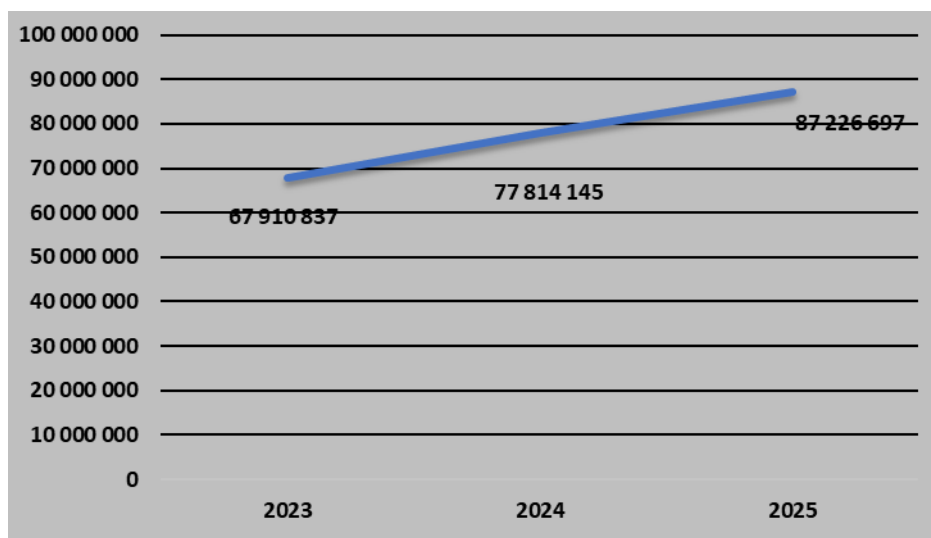
Descrição	2023	2024 (1)	2025			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
			Dotação (2)	Compromisso (3)	Pagamento (4)		
Despesa corrente	54 282 097	57 668 532	70 962 681	67 620 398	61 633 092	86,85%	6,87%
Despesa de capital	13 628 740	20 145 613	71 336 294	50 160 352	25 593 605	35,88%	27,04%
Total geral	67 910 837	77 814 145	142 298 975	117 780 750	87 226 697	61,30%	12,10%

17

Os pagamentos no final de dezembro de 2024 apresentavam um acréscimo de 12,10 % face a igual período do ano anterior o que, em termos absolutos, equivale a um aumento 9.412.552 €.

A despesa corrente aumentou 6,87 %, ou seja, 3.964.560 € face a 2024 enquanto as de capital cresceram 27,04 %, isto é, 5.447.992 € em termos absolutos, em relação ao final do ano anterior.

Gráfico n.º 13 - Evolução da despesa total



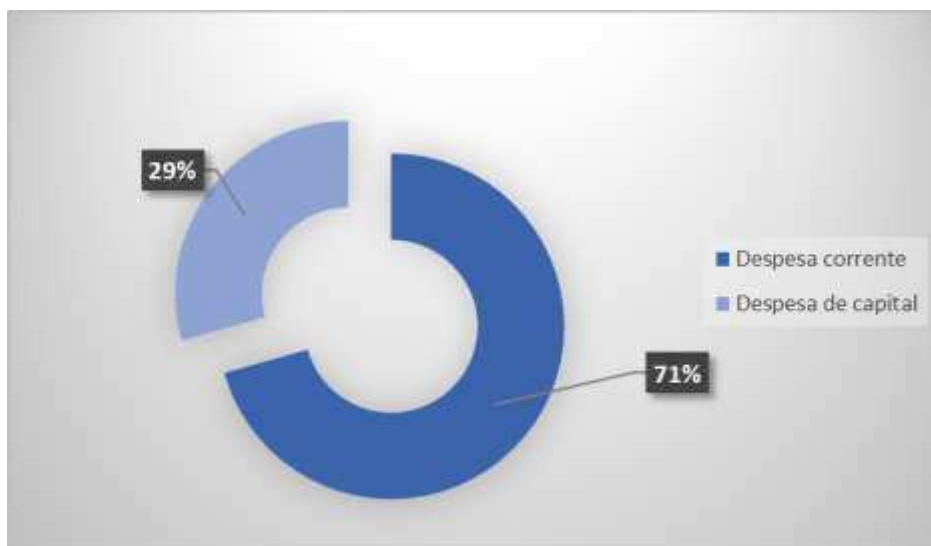
Quadro n.º 8 - Composição da despesa por rubricas

Unid: Euros

Descrição	2023	2024 (1)	2025			Tx. Exec. (4/2)	Tx. Cresc. (4/1)-1
			Dotação (2)	Compromisso (3)	Pagamento (4)		
Pessoal	27 689 974	29 389 252	32 177 975	31 811 094	31 354 410	97,44%	6,69%
Aquisição de bens e serviços	19 247 553	20 248 069	29 495 244	27 371 973	21 892 718	74,22%	8,12%
Encargos financeiros	661 377	898 571	938 405	741 246	706 389	75,28%	-21,39%
Transferências correntes	6 577 403	6 945 858	7 487 907	7 239 119	7 231 248	96,57%	4,11%
Outras despesas correntes	105 789	186 782	863 150	456 966	448 326	51,94%	140,03%
Sub - total corrente	54 282 097	57 668 532	70 962 681	67 620 398	61 633 092	86,85%	6,87%
Aquisição de bens de capital	9 092 677	14 626 394	49 009 869	43 861 999	19 354 777	39,49%	32,33%
Transferências de capital	761 146	866 104	16 939 000	937 652	937 652	5,54%	8,26%
Ativos financeiros						0,00%	0,00%
Passivos financeiros	3 774 918	4 653 116	5 387 425	5 360 701	5 301 176	98,40%	13,93%
Outras despesas de capital						0,00%	0,00%
Sub - total capital	13 628 740	20 145 613	71 336 294	50 160 352	25 593 605	35,88%	27,04%
Total geral	67 910 837	77 814 145	142 298 975	117 780 750	87 226 697	61,30%	12,10%

18

Gráfico n.º 14 - Composição da despesa total



Conforme já referido, a despesa corrente aumenta 6,87 % face a 2024 o que em termos absolutos, representa 3.964.560 €.

Gráfico n.º 15 - Evolução da despesa corrente

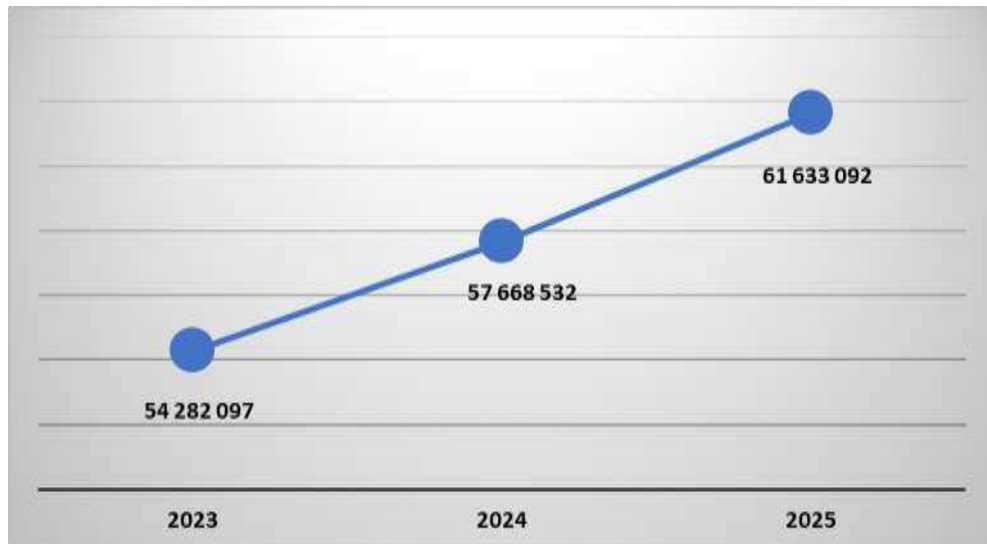
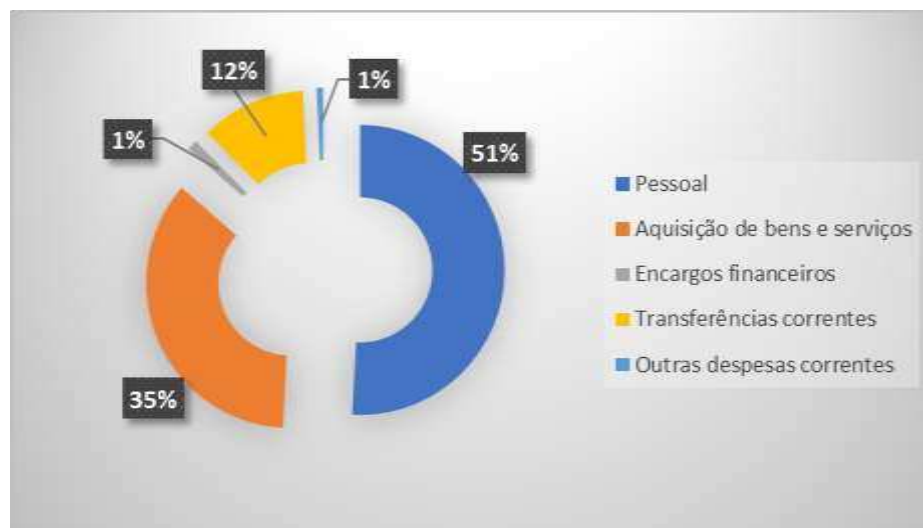


Gráfico n.º 16 - Composição da despesa corrente



As despesas com pessoal com uma execução de 97,44 % do valor orçamentado, apresentam um aumento de 6,69 %, equivalente a 1.965.158 € face a igual período do ano anterior.



As despesas com pessoal do quadro aumentaram 1.705.564 € face a 2024 enquanto as despesas com pessoal fora do quadro diminuíram 164.976 €. Os outros pagamentos cresceram 424.569 € face ao ano anterior.

Estes aumentos, refletem, o aumento dos aumentos salariais, progressões das carreiras, entre outros.

Quadro n.º 9 - Evolução despesas com pessoal

Unid: Euros

Anos	Designação	Pessoal do Quadro	Pessoal Fora do Quadro	Outros Pagamentos	Total
2023		19 209 362	1 293 300	7 187 312	27 689 974
2024		21 134 944	1 222 034	7 032 275	29 389 252
2025		22 840 507	1 057 058	7 456 844	31 354 410
Evolução 2024 / 2025		1 705 564	-164 976	424 569	1 965 158

20

Pessoal do Quadro 2025
 22 840 507
 _____ = 32,16%

Receita Corrente 2025
 71 014 774

Pessoal Fora do Quadro 2025
 1 057 058
 _____ = 4,63%

Pessoal do Quadro 2025
 22 840 507

Pessoal Fora do Quadro 2025
 1 057 058
 _____ = 1,49%

Receita Corrente 2025
 71 014 774

Encargos Totais 2025
 31 354 410
 _____ = 44,15%

Receita Corrente 2025
 71 014 774

Com base nestes indicadores, verifica-se que as despesas com pessoal do quadro representam 32,16 % face à receita corrente cobrada em 2025 e que a despesa total com pessoal é de 44,15 % da receita corrente.

A aquisição de bens e serviços, apresentaram um aumento de 8,12 % face a 2024 o que em termos absolutos equivale a 1.644.650 €.

Os encargos financeiros, diminuíram 21,39 % face a 2024, i.é, 192.181 €, por via dos juros pagos referente aos empréstimos de curto, médio e longo prazo.

As transferências correntes apresentam um acréscimo de 4,11 % face ao final de 2024 o que em termos absolutos equivale a um aumento de 285.390 €.

As outras despesas correntes, apresentam um acréscimo de 140,03 % face ao final de 2024, o que em termos absolutos se traduz em 261.544 €.

As despesas de capital, apresentam um aumento de 27,04 % face a 2024, o que equivale a um acréscimo de 5.447.992 €.

Gráfico n.º 17 - Evolução das despesas de capital

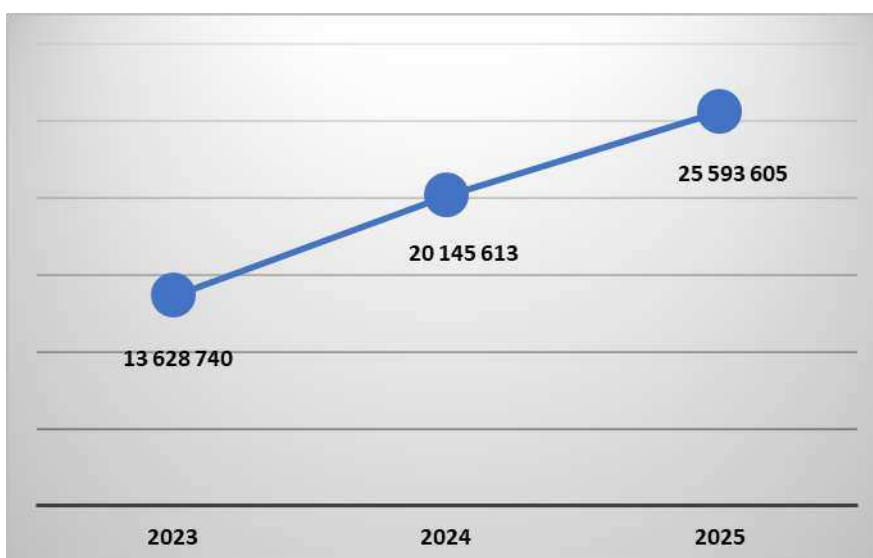
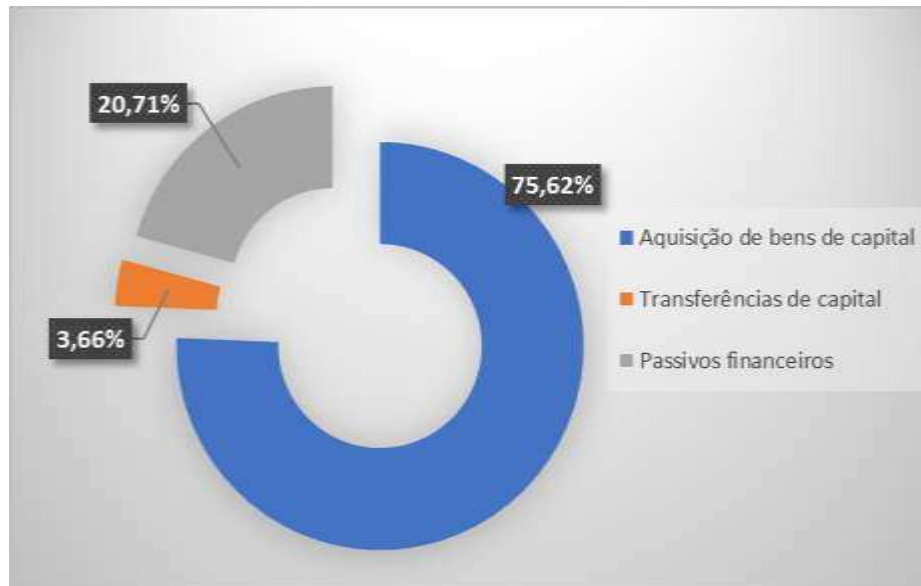


Gráfico n.º 18 - Composição das despesas de capital



A aquisição de bens de capital apresenta um acréscimo de 32,33 % face ao final do ano de 2024. Em termos absolutos, este valor, equivale a um aumento de 4.728.383 €.

Este aumento, deve-se em grande parte, ao pagamento das empreitadas que estão que decorreram durante o ano de 2025.

As transferências de capital, registam um aumento de 8,26 %, o que equivale a um acréscimo de 71.549 € em valores absolutos.

Os passivos financeiros, apresentam um aumento de 648.060 €, dos quais 500.000 € refere-se ao empréstimo de curto prazo e 148.060 € aos empréstimos de médio e longo prazo.



III.4.2 – Indicadores orçamentais da despesa

Composição da Despesa	2024	2025
Despesa Corrente / Despesa Total	74,11%	70,66%
Despesa Capital / Despesa Total	25,89%	29,34%

Estes rácios indicam que o peso da despesa corrente na despesa total do Município diminuiu face ao ano anterior, enquanto as de capital aumentam na mesma proporção.

23

Estrutura da Despesa Corrente	2024	2025
Pessoal / Despesa Corrente	50,96%	50,87%
Aquisição de bens e serviços / Despesa Corrente	35,11%	35,52%
Transferências Correntes / Despesa Corrente	12,04%	11,73%
Encargos Financeiros / Despesa Corrente	1,56%	1,15%
Outras despesas / Despesa Corrente	0,32%	0,73%

Não se registam alterações significativas no peso de cada uma das diferentes componentes da despesa corrente no total da mesma.

Estrutura da Despesa Capital	2024	2025
Aquisição de bens de capital / Despesa Capital	72,60%	75,62%
Transferências de Capital / Despesa Capital	4,30%	3,66%
Passivos Financeiros / Despesa Capital	23,10%	20,71%

Pela análise aos rácios, verifica-se um aumento do peso da aquisição de bens de capital e uma diminuição das restantes componentes.



Peso das Principais Rubricas da Despesa na Despesa Total	2024	2025
Pessoal / Despesa Total	37,77%	35,95%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	26,02%	25,10%
Transferências Correntes / Despesa Total	8,93%	8,29%
Enc. Financeiros + Passivos Financeiros / Despesa Total	7,13%	6,89%
Aquisição de bens de capital / Despesa Total	18,80%	22,19%
Transferências Capital / Despesa Total	1,11%	1,07%

Da análise a estes indicadores, importa realçar o peso crescente da aquisição dos bens de capital na despesa total.

Todas as restantes componentes diminuem.



IV – Análise às grandes opções do plano

As grandes opções do plano (G.O.P.) são constituídas pelo plano plurianual de investimentos (P.P.I.) e pelas ações mais relevantes (A.M.R.).

Em 2025 a dotação global das G.O.P. foi de 78.837.138 € o que corresponde a 55,40 % da dotação global do orçamento, sendo a sua execução de 56,76 %, apresentando um acréscimo de 17,44 % face a 2024, o que em termos absolutos equivale a 6.643.111 €.

Deste montante, importa realçar o aumento verificado na execução do PPI face a 2024, com um aumento de 4.728.383 €, o equivalente a 32,33%.

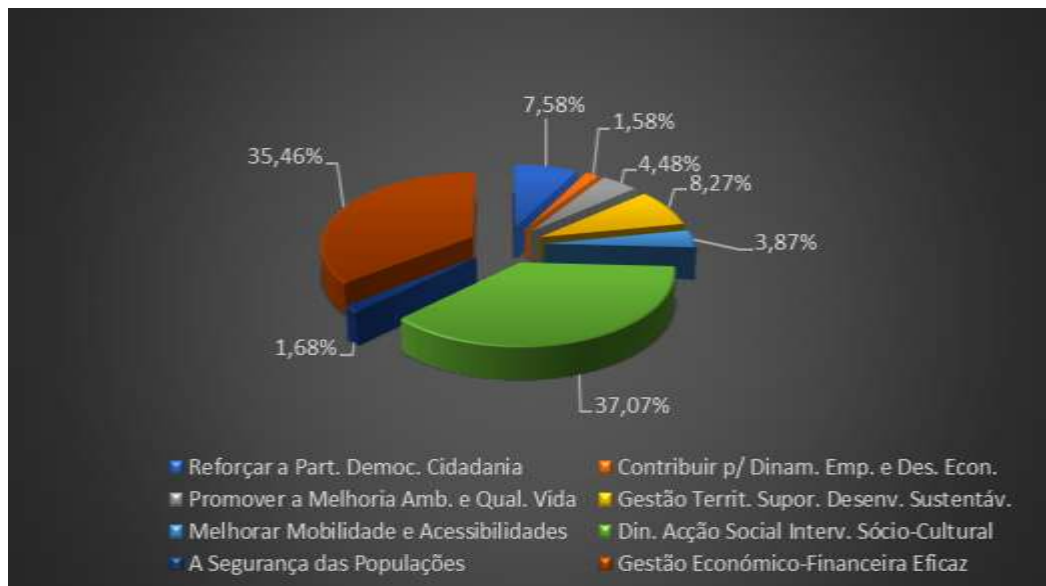
25

Quadro n.º 10 - Execução das grandes opções do plano

Unid: Euros

Designação	G.O.P.		P.P.I.	A.M.R.
	Realização	Execução	Realização	Realização
01 Reforçar a Part. Democ. Cidadania	3 391 862,37	80,13%	1 043 378,37	2 348 484,00
02 Contribuir p/ Dinam. Emp. e Des. Econ.	706 036,92	49,96%	599 393,34	106 643,58
03 Promover a Melhoria Amb. e Qual. Vida	2 006 741,50	41,18%	1 929 690,08	77 051,42
04 Gestão Territ. Supor. Desenv. Sustentáv.	3 702 559,56	60,87%	3 702 559,56	
05 Melhorar Mobilidade e Acessibilidades	1 732 258,23	50,25%	732 258,23	1 000 000,00
06 Din. Acção Social Interv. Sócio-Cultural	16 587 704,60	42,74%	7 203 513,24	9 384 191,36
07 A Segurança das Populações	750 483,70	96,63%	28 866,96	721 616,74
08 Gestão Económico-Financeira Eficaz	15 867 080,57	82,65%	4 115 117,02	11 751 963,55
Total	44 744 727,45	56,76%	19 354 776,80	25 389 950,65

Gráfico n.º 19 - Composição das GOP por objetivos



O objetivo com maior peso nas grandes opções do plano é o objetivo 06 – Dinamização ação social e intervenção sócio – cultural com uma execução de 42,74 % e um peso de 37,07 % no total das Grandes Opções do Plano.

Este objetivo, para além das atividades no âmbito de toda a ação social, educação, desporto, cultura e associativismo, contempla ainda, as despesas decorrentes do processo de descentralização de competências assim como, as empreitadas que se inserem nessas áreas, nomeadamente, centros de saúde, escolas, reabilitação do Bairro Alves Redol, assim como, na área do desporto.

Importa igualmente destacar o objetivo 08 – Gestão económico-financeira mais eficaz com 35,46 %, com maior peso ao nível das atividades mais relevantes, uma vez que inclui, para além dos encargos com empréstimos, a eletricidade, seguros, limpeza, entre outros custos. Apresenta uma execução de 82,65%.

Pela dimensão que apresenta, importa destacar o objetivo 04 – Gestão território como suporte do desenvolvimento sustentável, com uma taxa de execução de 6 %, o objetivo 05 – Melhorar a mobilidade e acessibilidades com uma execução de 50,25%, o objetivo 03 – Promover a melhoria ambiental e a qualidade de vida com 41,18 % de execução e o objetivo 01 – Reforçar a participação, democracia e cidadania com uma execução de 80,13 %.

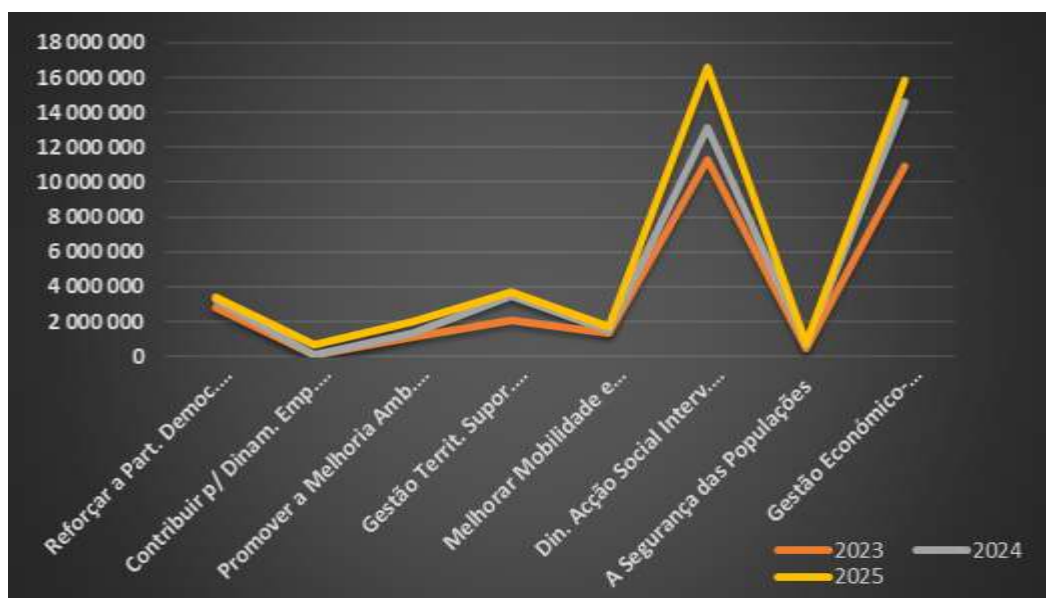
Quadro n.º 11 - Evolução das grandes opções do plano

Unid: Euros

Designação	2023	2024	2025	Crescimento 2024 / 2025	
				Valor	%
01 Reforçar a Part. Democ. Cidadania	2 843 317	3 265 036	3 391 862	126 826	3,88%
02 Contribuir p/ Dinam. Emp. e Des. Econ.	59 962	76 252	706 037	629 785	825,93%
03 Promover a Melhoria Amb. e Qual. Vida	1 137 270	1 338 146	2 006 742	668 595	49,96%
04 Gestão Territ. Supor. Desenv. Sustentáv.	2 057 047	3 489 244	3 702 560	213 316	6,11%
05 Melhorar Mobilidade e Acessibilidades	1 313 310	1 488 089	1 732 258	244 169	16,41%
06 Din. Acção Social Interv. Sócio-Cultural	11 300 627	13 166 358	16 587 705	3 421 346	25,99%
07 A Segurança das Populações	452 142	670 778	750 484	79 705	11,88%
08 Gestão Económico-Financeira Eficaz	10 897 306	14 607 713	15 867 081	1 259 368	8,62%
Total	30 060 981	38 101 617	44 744 727	6 643 111	17,44%

27

Gráfico n.º 20 - Evolução das grandes opções do plano





V – Análise da situação Económico – Financeira

A presente análise tem por objetivo dar a conhecer os resultados alcançados pelo Município do Barreiro no exercício de 2025 bem como, a sua situação económica e financeira no mesmo período.

Para o efeito, foram tidos em consideração o balanço e a demonstração de resultados líquidos em 31 de dezembro de 2025 e a respetiva comparação com o exercício de 2024.

Serão ainda elaborados alguns rácios de apoio à gestão de modo a tornar a análise interpretativa, dos elementos apresentados, mais perceptível.

28

V.1 – Análise económica

V.1.1 – Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)

Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, positivos no montante de 13.935.489,17 € são superiores aos do ano de 2024 em 6.713.946,06 €.

A sua variação positiva, foi de 92,97 %.

V.1.2 – Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento) (EBIT)

Os resultados antes de gastos de financiamento em 2025 são positivos, no montante de 7.757.056,00 €, em 2024 ascenderam a 1.012.098,22 €.

Houve um acréscimo de 666,43 %.

Em relação aos Gastos as maiores variações ocorreram nos Fornecimentos e Serviços Externos que cresceram 856.747,46 €, equivalente a 3,63 %.

Nesta rubrica, importa realçar os gastos decorrentes com a recolha e tratamento de resíduos sólidos aumenta 70.030,44, a limpeza urbana aumentou 389.551,90 €. Os gastos com o tratamento de saneamento básico aumentaram 357.431,08 €.

Destaca-se ainda, o aumento verificado nos gastos com comissões de cobrança de impostos, derivado do aumento do IMT, no montante de 163.023,88 €

Nos Gastos com Pessoal o seu incremento foi de 1.984.137,20 € ou seja 6,68 %, alteração, deve-se ao incremento das remunerações do pessoal no montante de 1.422.315,05 € e nos encargos com remunerações no valor de 240.912,30 €.

Nos Gastos com Transferências Concedidas o aumento, foi de 251.428 € ou seja 3,19 %.



Este aumento, verifica-se, ao nível das transferências para as freguesias no valor de 155.796,99 €, clubes, coletividades e outras entidades, no montante de 152.221,08 € e bombeiros no valor de 63.282,80 €.

Os Rendimentos Imputados de Entidades Controladas refletem o resultado líquido dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

No caso dos SMTCB, o impacto positivo foi de 2.001.424,49 €.

Nos Outros Gastos, o montante ascendeu a 4.372.567,08 € no ano anterior o seu valor foi de 3.837.359,60 €, houve um acréscimo de 535.307,48 € em termos percentuais foi de 13,95 %.

Nesta rubrica a cobrança de impostos diretos e outras, ascende a 1.224.254,36 €, enquanto a correção de estimativas no imposto municipal sobre imóveis e outras correções, foi de 911.386 €, houve ainda uma correção de estimativas do ano anterior de 1.214.346 €, devido a uma verba que se estimava vir a receber de refeições escolares que não se concretizou.

No que se refere aos rendimentos, a rubrica Impostos, Contribuições e Taxas aumenta 7.020.868,31 € o que se traduz em 28,15 %.

Esta aumento, resulta, essencialmente, da cobrança do IMT.

Nas Vendas houve uma variação negativa de 2,31 %, cujo valor é 82.345,51 €.

As Prestações de Serviços diminuíram 12,24 %, traduzindo-se esta redução em 1.327.240,73 €. Esta redução, resulta, na transferência do rendimento derivado das rendas de concessão da EDP ter passado para a conta 78 – Outros rendimentos. Este valor é de 1.258.097,60 €.

Nas transferências e Subsídios Correntes Obtidos verificou-se um aumento de 19,52 % que se traduz em 5.299.974,64 €, nomeadamente, por via das transferências para fazer face aos custos com o processo de transferências de competências na área da educação cujo acréscimo foi de 2.197.157 € e do aumento verificado no FEF proveniente do Orçamento de Estado no montante de 1.224.533 €. O acréscimo do IMT jovem pelos montantes referentes aos meses de novembro e dezembro foi de 480.733 €.

Nos Outros Rendimentos verificou-se um acréscimo de 260.723 € ou seja 5,62 %.

Este acréscimo é justificado pela venda de um terreno para o hotel na Quinta das Canas no montante de 494.000 €.



V.1.3 – Resultados financeiros

O resultado financeiro foi negativo, ascendendo a 1.241.158 €, no ano anterior foi de 538.759,24 €, o seu incremento, face a 2024, foi de 702.399 € ou seja 130,37 %.

Os juros e rendimentos similares obtidos totalizaram 177.755 € no ano corrente, no ano anterior o seu valor foi 593.017 €, tendo diminuído 70% %.

Esta diminuição, justifica-se em parte pela redução do montante recebido por parte dos SMTCB referente aos juros do empréstimo para aquisição dos 60 autocarros.

Os juros e gastos similares no ano corrente atingiram o valor de 1.418.913 € enquanto no ano de 2024 foram de 1.131.776,19 €, esta rúbrica aumentou 25,37 %.

30

V.1.4 – Resultado líquido

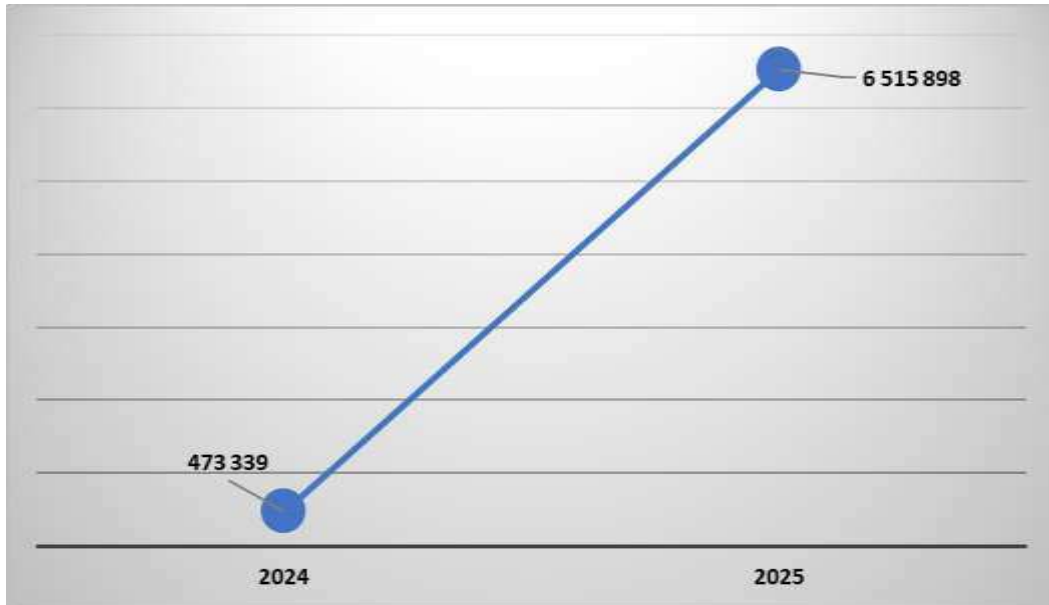
O resultado líquido do período, positivo, foi de 6.515.898 €, em relação ao ano de 2024, este valor aumentou 1.276,58 %.

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2025

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	31 964 617,43	24 943 749,12
Vendas	3 488 413,41	3 570 758,72
Prestações de serviços e concessões	9 517 192,49	10 844 433,22
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 001 424,49	1 174 370,77
Transferências e subsídios correntes obtidos	32 456 887,13	27 156 912,49
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-300 221,25	-283 296,79
Fornecimentos e serviços externos	-24 444 592,51	-23 587 845,05
Gastos com pessoal	-31 705 856,99	-29 721 719,79
Transferências e subsídios concedidos	-8 140 092,97	-7 888 664,97
Prestações sociais		
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-11 613,17	7 924,17
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 416 960,13	204 145,80
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	4 898 858,32	4 638 135,02
Outros gastos	-4 372 567,08	-3 837 359,60
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	13 935 489,17	7 221 543,11
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6 178 433,17	-6 209 444,89
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	7 757 056,00	1 012 098,22
Juros e rendimentos similares obtidos	177 754,76	593 016,95
Juros e gastos similares suportados	-1 418 913,25	-1 131 776,19
Resultado antes de impostos	6 515 897,51	473 338,98
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	6 515 897,51	473 338,98
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe		
Interesses que não controlam		
	6 515 897,51	473 338,98

Gráfico n.º 21 - Evolução do resultado líquido



V.2 – Análise financeira

Quadro n.º 12 - Análise comparativa de balanços

Unid: Euros

Rubricas	2024	2025	Crescimento 2024 / 2025	
			Valor	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	154 191 235	164 722 828	10 531 593	6,83%
Ativos intangíveis		426 774	426 774	100,00%
Participações financeiras	5 182 302	6 799 725	1 617 423	31,21%
Outros ativos financeiros	3 751 219	2 281 071	-1 470 148	-39,19%
Outras contas a receber	26 740	26 740	0	0,00%
	163 151 496	174 257 138	11 105 642	6,81%
Ativo corrente				
Inventários	344 607	304 094	-40 513	-11,76%
Clientes, contribuintes e utentes	2 807 982	2 043 861	-764 121	-27,21%
Estado e outros entes públicos	1 006 881	696 665	-310 216	-30,81%
Outras contas a receber	16 602 096	22 158 428	5 556 332	33,47%
Diferimentos	105 603	92 958	-12 645	100,00%
Outros ativos financeiros	5 810 724	4 895 872	-914 852	-15,74%
Caixa e depósitos	4 811 838	3 744 406	-1 067 431	-22,18%
	31 489 731	33 936 286	2 446 554	7,77%
Total do Ativo	194 641 227	208 193 424	13 552 197	6,96%
Património Líquido				
Património / Capital	98 914 741	98 914 741	0	0,00%
Reservas	2 888 368	2 888 368	0	0,00%
Resultados transitados	-1 330 272	-647 107	683 165	-51,36%
Ajustamentos em ativos financeiros	1 568 910	1 184 908	-384 002	-24,48%
Outras variações no património líquido	44 957 961	46 600 413	1 642 451	3,65%
Resultado líquido exercício	473 339	6 515 898	6 042 559	1276,58%
Total do Património Líquido	147 473 047	155 457 221	7 984 173	5,41%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	120 000	120 000	0	0,00%
Financiamentos obtidos	14 757 308	13 474 489	-1 282 819	-8,69%
Fornecedores de investimentos	544 900		-544 900	-100,00%
Fornecedores	266 535	5 093 032	4 826 497	1810,83%
Outras contas a pagar	1 530 640	1 803 751	273 111	17,84%
	17 219 383	20 491 272	3 271 889	19,00%
Passivo corrente				
Credores transf. subs. não reemb. concedidos	1 000	1 600	600	60,00%
Fornecedores	10 298 761	6 537 022	-3 761 739	-36,53%
Estado e outros entes públicos	720 897	774 325	53 427	7,41%
Financiamentos obtidos	2 859 056	3 287 159	428 103	14,97%
Fornecedores de investimentos	4 635 505	4 484 721	-150 784	-3,25%
Outras contas a pagar	5 597 972	9 174 814	3 576 841	63,90%
Diferimentos	5 835 606	7 985 291	2 149 685	36,84%
	29 948 797	32 244 931	2 296 134	7,67%
Total do Passivo	47 168 180	52 736 203	5 568 023	11,80%
Total do Património Líquido e Passivo	194 641 227	208 193 424	13 552 197	6,96%



Através da análise ao quadro da análise comparativa de balanços, constata-se que o ativo líquido foi aumentado em 6,96 %.

O ativo não corrente aumentou 6,81 %, enquanto o ativo corrente teve um acréscimo de 7,77 %.

As disponibilidades decresceram 22,18 %.

O Passivo não corrente aumentou 19 %.

Os Financiamentos obtidos não corrente foram reduzidos em 8,69 %.

Os Fornecedores não corrente aumentaram 1810,83 %, por via dos acordos com a Amarsul e Simarsul.

As Outras Contas a Pagar cresceram 17,84 %.

O Passivo corrente aumentou 7,67 %.

Os Fornecedores diminuiram 36,53 % e o Estado e Outros Entes públicos aumentou 7,41 %.

Os Financiamentos obtidos aumentaram 14,97 %

Os Fornecedores de Investimentos diminuiram 3,25 %.

As Outras Contas a pagar, aumentaram 63,90 %, em parte justificado pelo aumento dos acréscimos de gastos com a provisão para férias e subsídio de férias, assim como, pelo acréscimo via empreitadas e fornecedores.

Os Diferimentos aumentaram 36,84 %.

A rubrica de Diferimentos, refere-se aos montantes recebidos para investimento cujos projetos ainda não se encontram concluídos, nomeadamente, 909.197 € das Comunidades Desfavorecidas, 1.524.364 € da Unidade de Saúde Familiar da Escavadeira, 1.108.275 € do Bairro Alves Redol, 500.000 € da USF dos Fidalguinhos, 2.449.267,36 € da Requalificação da Escola Secundária de Santo António, 505.419 € dos Bairros Digitais, 230.862 € do Programa de acesso à habitação, 375.000 € da USF da Eça de Queiroz, 150.000 € da USF da Quinta da Lomba e 170.843 € da Quinta do Mião.

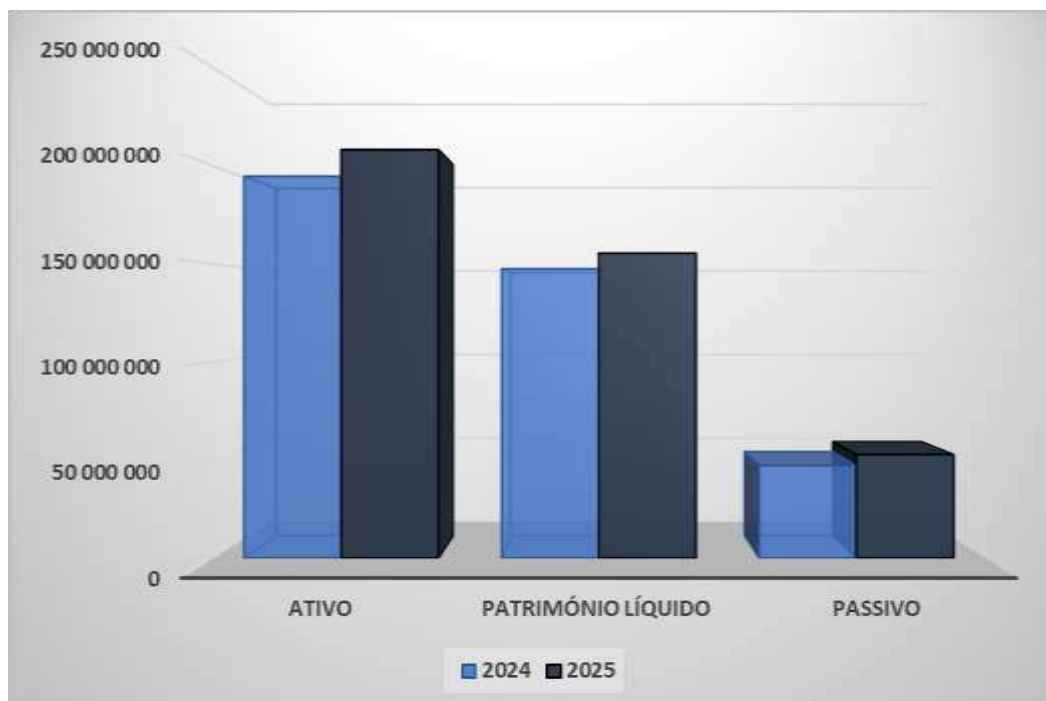
Estas verbas serão reconhecidas como rendimento quando os investimentos forem transferidos para ativos fixos tangíveis.

Este rendimento será reconhecido na percentagem de depreciação do bem respetivo.

Globalmente, o passivo aumentou 11,80 %.

Os quadros apresentados, de leitura compreensível, encerram informação sobre a situação patrimonial, económica e financeira do Município.

Gráfico n.º 22 - Evolução das rúbricas de balanço

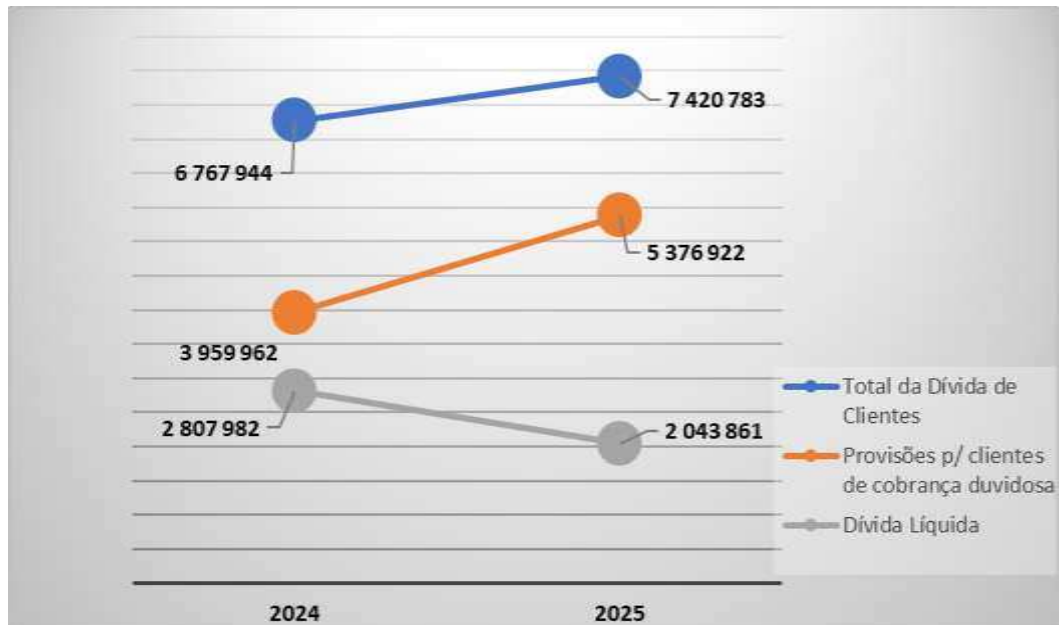


Quadro n.º 13 - Evolução da dívida de clientes, contribuintes e utentes

Unid: Euros

Código de Contas do Balanço	Designação	2024	2025	Crescimento 2024 / 2025	
				Valor	%
211	Clientes C/c	2 588 897	2 032 375	-556 521	-21,50%
214	Utentes C/c	219 085	11 486	-207 600	-94,76%
215	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 959 962	5 376 922	1 416 960	35,78%
Total da Dívida de Clientes		6 767 944	7 420 783	652 839	9,65%
219	Perdas por imparidades acumuladas	3 959 962	5 376 922	1 416 960	35,78%
Dívida Líquida		2 807 982	2 043 861	-764 121	-27,21%

Gráfico n.º 23 - Evolução das dívidas de clientes, contribuintes e utentes



Quadro n.º 14 - Evolução do Património Líquido

Unid: Euros

Descrição	2024	2025	Crescimento 2025 / 2024	
			Valor	%
Património	98 914 741	98 914 741	0	0,00%
Reservas	2 888 368	2 888 368	0	0,00%
Resultados transitados	-1 330 272	-647 107	683 165	-51,36%
Ajustamentos em ativos financeiros	1 568 910	1 184 908	-384 002	-24,48%
Outras variações no Património Líquido	44 957 961	46 600 413	1 642 451	3,65%
Sub-total	146 999 708	148 941 323	1 941 615	1,32%
Resultado líquido do período	473 339	6 515 898	6 042 559	1276,58%
Total fundos próprios	147 473 047	155 457 221	7 984 173	5,41%

No ano de 2025 o património líquido registou um aumento 5,41 %.

Gráfico n.º 24 - Evolução do Património Líquido

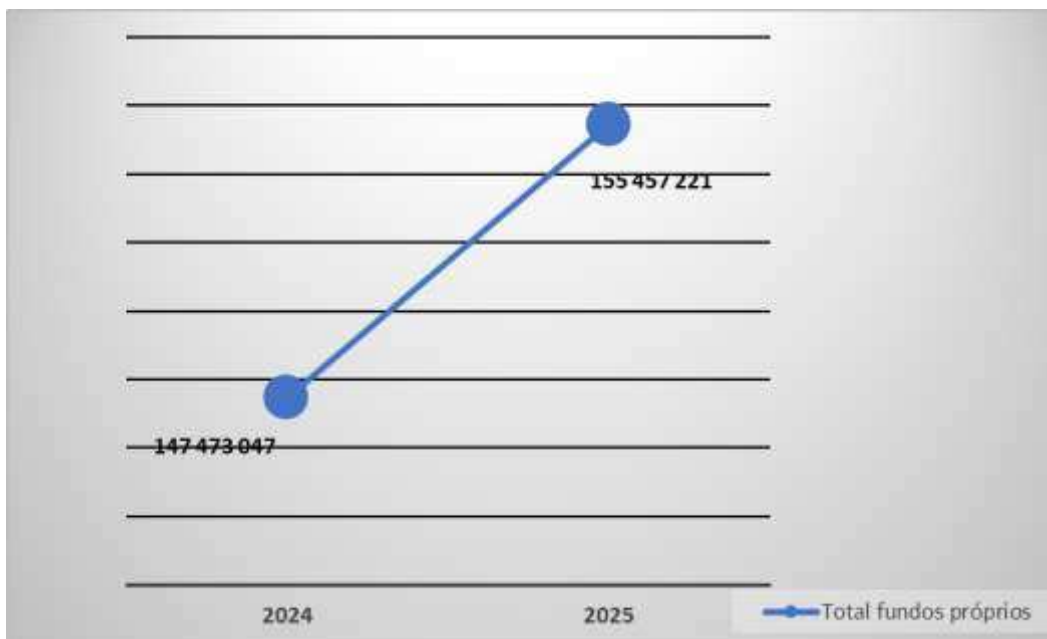
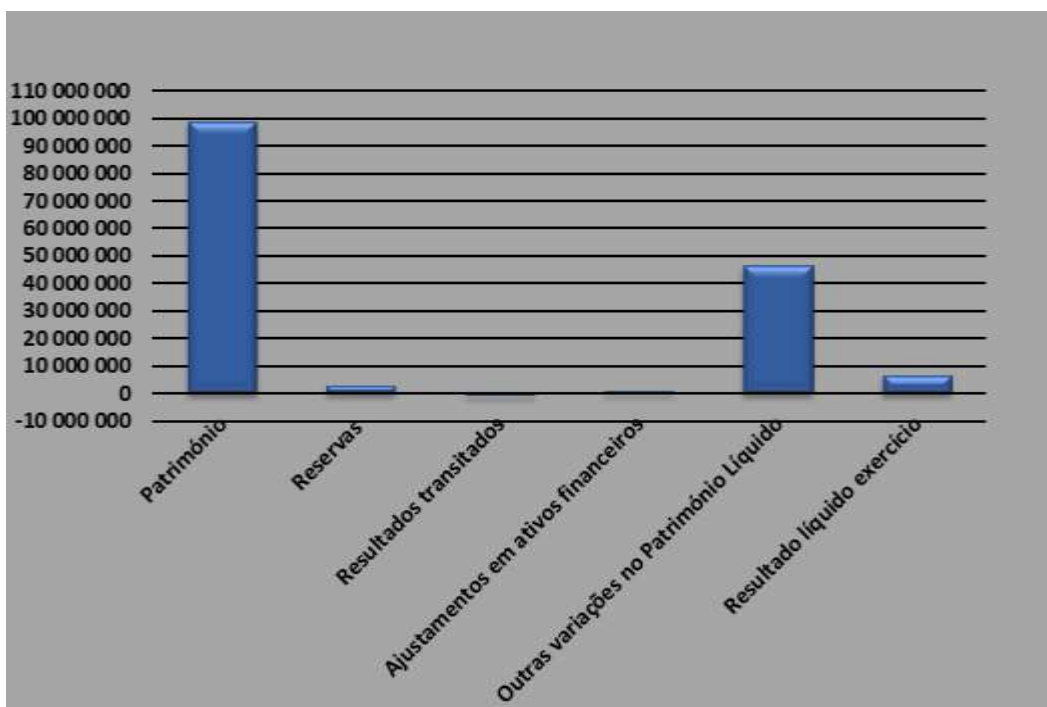


Gráfico n.º 25 - Composição do Património Líquido



Quadro n.º 15 - Evolução do stock de dívida com empréstimos de médio e longo prazo

Unid: Euros

Descrição	2024	2025	Crescimento 2024 / 2025	
			Valor	%
Capital em dívida a 01/jan	17 993 929	17 525 808	-468 121	-2,60%
Amortizações	2 653 116	2 653 116	0	0,00%
Aumentos	2 184 995	2 184 995	0	0,00%
Capital em dívida a 31/dez	17 525 808	17 057 686	-468 121	-2,67%

38

Gráfico n.º 26 - Evolução do stock de dívida com empréstimos de médio e longo prazo

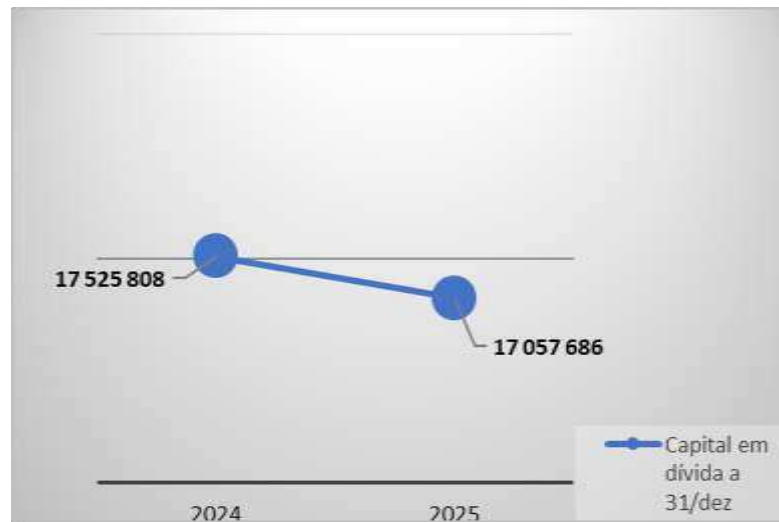
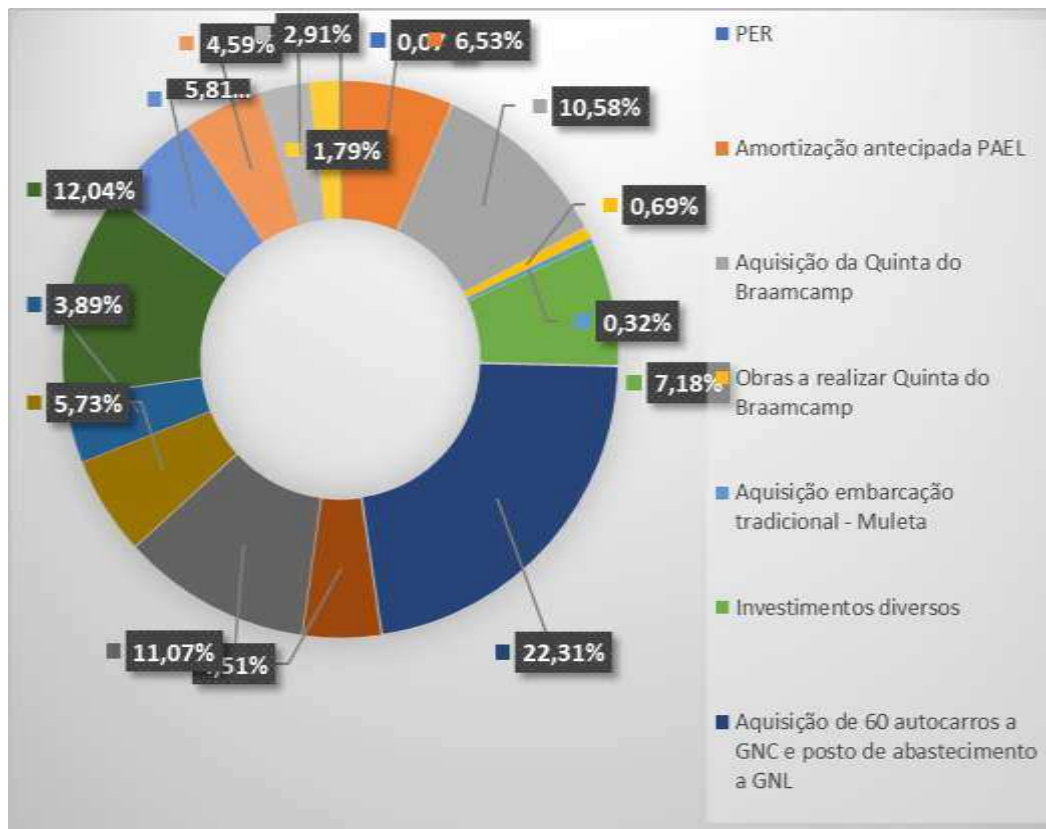


Gráfico n.º 27 - Composição da dívida com empréstimos de médio e longo prazo





VI – Rácios e indicadores de apoio à gestão

Autofinanciamento	2024	2025
Resultado Líquido do Período	473 339	6 515 898
Gastos de depreciação e amortização	6 209 445	6 178 433
Imparidades de inventários e ativos biológicos	-7 924	11 613
Imparidades de dívidas a receber	-204 146	1 416 960
Provisões		0
Total do Autofinanciamento	6 470 714	14 122 904

40

Estrutura financeira

Autonomia Financeira	2024	2025
Património Líquido / Ativo	75,77%	74,67%

Este rácio mede o grau de cobertura do ativo pelo património líquido

Quanto mais elevado o seu valor maior a independência financeira terá a Instituição.

Se este rácio assumir valores inferiores a 30%, evidenciará forte dependência financeira.

Solvabilidade I	2024	2025
Património Líquido / Passivo	312,65%	294,78%



Solvabilidade II	2024	2025
Ativo / Passivo	412,65%	394,78%

Estes rácios, permitem aferir a capacidade quer do ativo, quer do património líquido de fazerem face ao passivo.

Endividamento	2024	2025
Passivo / Ativo	24,23%	25,33%

41

Grau de cobertura dos gastos financeiros	2024	2025
Resultados operacionais (EBIT) / Gastos financeiros	89,43%	546,69%

Estes rácios indicam qual a parte do ativo financiada pelo passivo, assim como, qual a forma de cobertura dos gastos financeiros pelo resultado operacional.

Liquidez

Liquidez Geral	2024	2025
Ativo corrente (Inventários + Créditos C/P + Disponibilidades) / Passivo corrente	105,15%	105,25%

Este rácio, indica qual a capacidade do ativo corrente de fazer face ao passivo corrente.



Liquidez Reduzida	2024	2025
-------------------	------	------

(Ativo corrente - inventários) / Passivo corrente 103,99% 104,30%

Liquidez Imediata	2024	2025
-------------------	------	------

Disponibilidades / Passivo corrente 16,07% 11,61%

42

Este rácio indica-nos a capacidade de solvência dos nossos compromissos no imediato.

Rentabilidade

Rentabilidade do Património Líquido	2024	2025
-------------------------------------	------	------

Resultado líquido do período / Património Líquido * 100 0,32% 4,19%

Rentabilidade do operacional do ativo	2024	2025
---------------------------------------	------	------

Resultados operacionais (EBIT) / ativo *100 0,52% 3,73%

Estes rácios, indicam a % do resultado líquido do período no património líquido assim como os resultados operacionais no ativo.

VII - Endividamento

No final de 2025, a margem de endividamento da Câmara Municipal do Barreiro era de 25.252.147 €.

Apuramento do limite da dívida total para 2025	
1 Total receita cobrada nos últimos 3 anos	199 791 590
1.1 Receita corrente cobrada em 2022	60 794 934
1.2 Receita corrente cobrada em 2023	66 875 286
1.3 Receita corrente cobrada em 2024	72 121 370
2 Média da receita	66 597 197
3 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos	99 895 795
Apuramento da dívida total	
4 Dívida total operações orçamentais do Município	26 167 560
4.1 202 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 600
4.2 221 - Fornecedores C/c	6 985 106
4.3 225 - Fornecedores faturas em receção e conferência	4 644 948
4.4 231 - Remunerações a pagar	10 208
4.4 242 - Retenção de imposto sobre rendimento	132 915
4.5 244 - Outros impostos	4 083
4.6 245 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	634 253
4.7 2511 - Empréstimos bancários	9 237 335
4.8 2513 - Locações financeiras	10 859
4.9 2711 - Fornecedores de investimento c/c	4 183 234
4.10 2712 - Fornecedores de investimento - faturas em conferência	301 487
4.11 2785 - Sindicatos	3 837
4.12 2789211 - Outros credores - Estado	484
4.13 27892911 - Outros credores - Estado	190
4.14 2789291999 - Outras entidades	15 107
4.15 2789292999 - Outras entidades	1 916
5 Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total	3 138 988
5.1 Associação Municípios da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	
5.2 Área Metropolitana de Lisboa	1 226
5.3 AIA	375
5.4 Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro	3 137 387
6 Dívida total a 31/12/2025 excluindo operações extraorçamentais e empréstimos excecionados	29 306 549
Apuramento da capacidade de endividamento	
7 Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2025	99 895 795
8 Montante da dívida total em 31/12/2025 (excluindo operações extraorçamentais)	29 306 549
9 Margem absoluta	70 589 246
10 Margem utilizável (40%)*	28 235 699
11 Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida**	2 983 551
12 Margem efetivamente disponível para endividamento	25 252 147

* - Al. b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013. de 03/09, republicada pela Lei n.º 51/2018 de 16/08

Notas:

Foi deduzido na conta 25 o valor referente aos empréstimos excecionados no montante de € 7.513.454,49



VIII – Contabilidade de gestão

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, estabelece um conjunto de 27 Normas da Contabilidade Pública (NCP) aplicável às Administrações Públicas, e contempla os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

A contabilidade de gestão é uma área da contabilidade mais direcionada para o apoio às tomadas de decisões internas nas organizações e encontra-se regulamentada pela Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

No contexto da administração pública, e em particular nas autarquias locais, a contabilidade de gestão assume um papel cada vez mais relevante. As autarquias são responsáveis pela gestão de recursos públicos e pela prestação de serviços à população. Para garantir que esses serviços são prestados da forma mais eficiente, transparente e responsável torna-se fundamental dispor de instrumentos que permitam analisar os custos, avaliar resultados e apoiar a tomada de decisões estratégicas.

Os dados produzidos pela contabilidade de gestão ajudam a justificar essas decisões e reforçar a confiança da população nas autarquias.

A implementação da contabilidade de gestão nas autarquias permite identificar e medir os custos associados a cada atividade ou serviço público, contribuindo para uma melhor alocação de recursos e definição de prioridades no âmbito do planeamento municipal.

O Município do Barreiro apresenta informação dos custos diretos a bens e serviços, custos por funções desagregado por custos diretos e indiretos a bens e serviços, custos não incorporáveis e custos por centros de responsabilidade com detalhe por tipo de custo.

VIII.1 – Evolução dos custos por tipo de custos

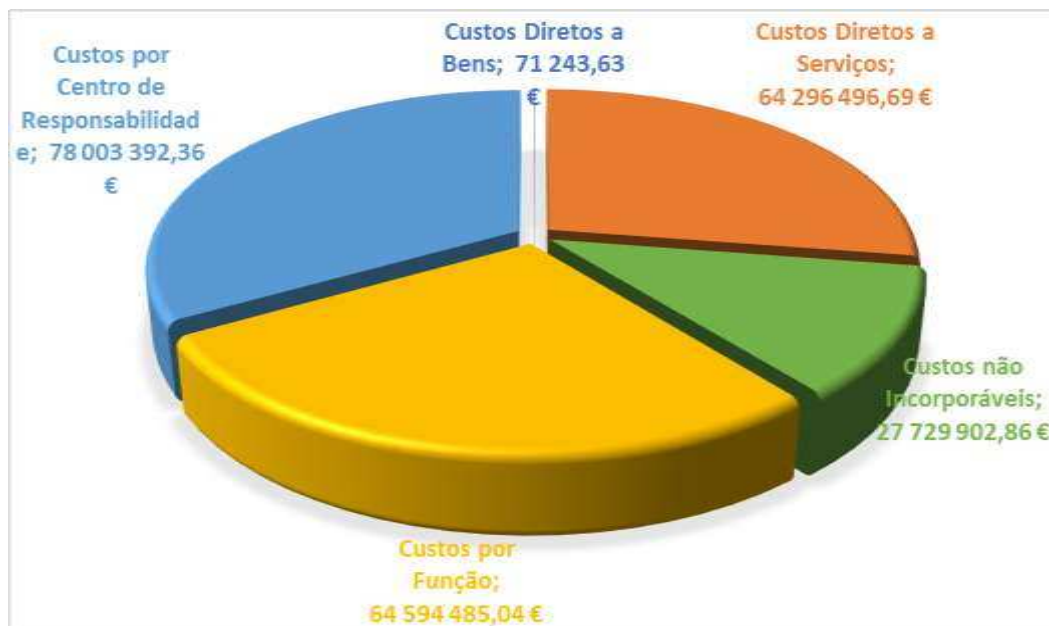
No próximo quadro verifica-se que os custos diretos a bens são os que apresentam a maior alteração, com um aumento de 27,20% em relação ao ano anterior, enquanto os custos por centro de responsabilidade revelam um crescimento de 7,41%.

Os restantes custos apresentam variações negativas, sendo os custos não incorporáveis os que registam uma maior redução com uma variação de 10,30%. Os custos diretos a serviços e custos por função apresentam um ligeiro decréscimo, respetivamente de 0,04% e 0,19%.

Quadro n.º 16 – Custos por tipo de custo

Tipo de Custo	2024	2025	Δ Anual
Custos Diretos a Bens	56 009,49 €	71 243,63 €	27,20%
Custos Diretos a Serviços	64 322 086,39 €	64 296 496,69 €	-0,04%
Custos não Incorporáveis	30 913 520,19 €	27 729 902,86 €	-10,30%
Custos por Função	64 714 483,47 €	64 594 485,04 €	-0,19%
Custos por Centro de Responsabilidade	72 622 552,55 €	78 003 392,36 €	7,41%

Gráfico n.º 28 – Custos por tipo de custo



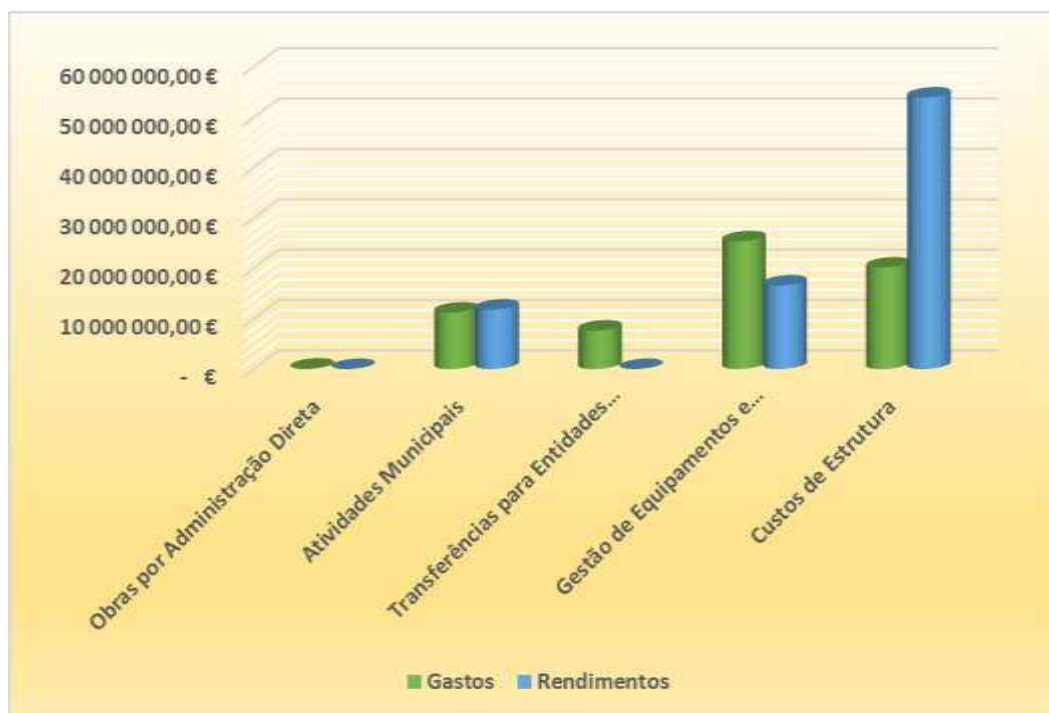
VIII.2. Total de Gastos e Rendimentos por Grupos de centros de custos

O quadro seguinte revela que os custos de gestão de equipamentos e infraestruturas municipais são os que têm valores mais elevados, representam 39 % do total de gastos. Quanto aos rendimentos são os custos de estrutura que se destacam com 66,00 % do total de rendimentos.

Quadro n.º 17 – Total de Gastos e Rendimentos por Grupos de centros de custos

Designação do Grupo	Gastos 2025	Rendimentos 2025
Obras por Administração Direta	71 243,63 €	- €
Atividades Municipais	11 189 462,25 €	11 782 093,90 €
Transferências para Entidades Terceiras	7 633 980,29 €	- €
Gestão de Equipamentos e Infraestruturas Municipais	25 341 502,09 €	16 592 221,76 €
Custos de Estrutura	20 131 552,06 €	53 909 762,92 €
Total	64 367 740,32 €	82 284 078,58 €

Gráfico n.º 29 – Gastos e rendimentos por grupo





VIII.3 - Apuramento por Centros de Responsabilidade

Os centros de responsabilidade correspondem às unidades orgânicas que constituem a estrutura hierarquizada do Município.

VIII.3.1 - Evolução dos Custos por Centro de Responsabilidade

O próximo quadro apresenta os gastos e rendimentos imputados às várias unidades orgânicas.

A unidade orgânica que apresenta maiores gastos é a Câmara Municipal com um total de 13,5 milhões de euros que representam 17,32% do total de gastos.

A Divisão de Gestão Escolar com um total de 12,7 milhões de euros constitui 16,28% do total de gastos, seguida da Divisão de Resíduos e Higiene Urbana com 8,8 milhões de euros que correspondem a 11,22%. A Divisão de Recursos Humanos e a Divisão de Águas e Saneamento também exibem um valor elevado, com um gasto de 7,5 milhões de euros e 6 milhões de euros, que correspondem respetivamente a 9,61% e 7,70% da totalidade dos custos.

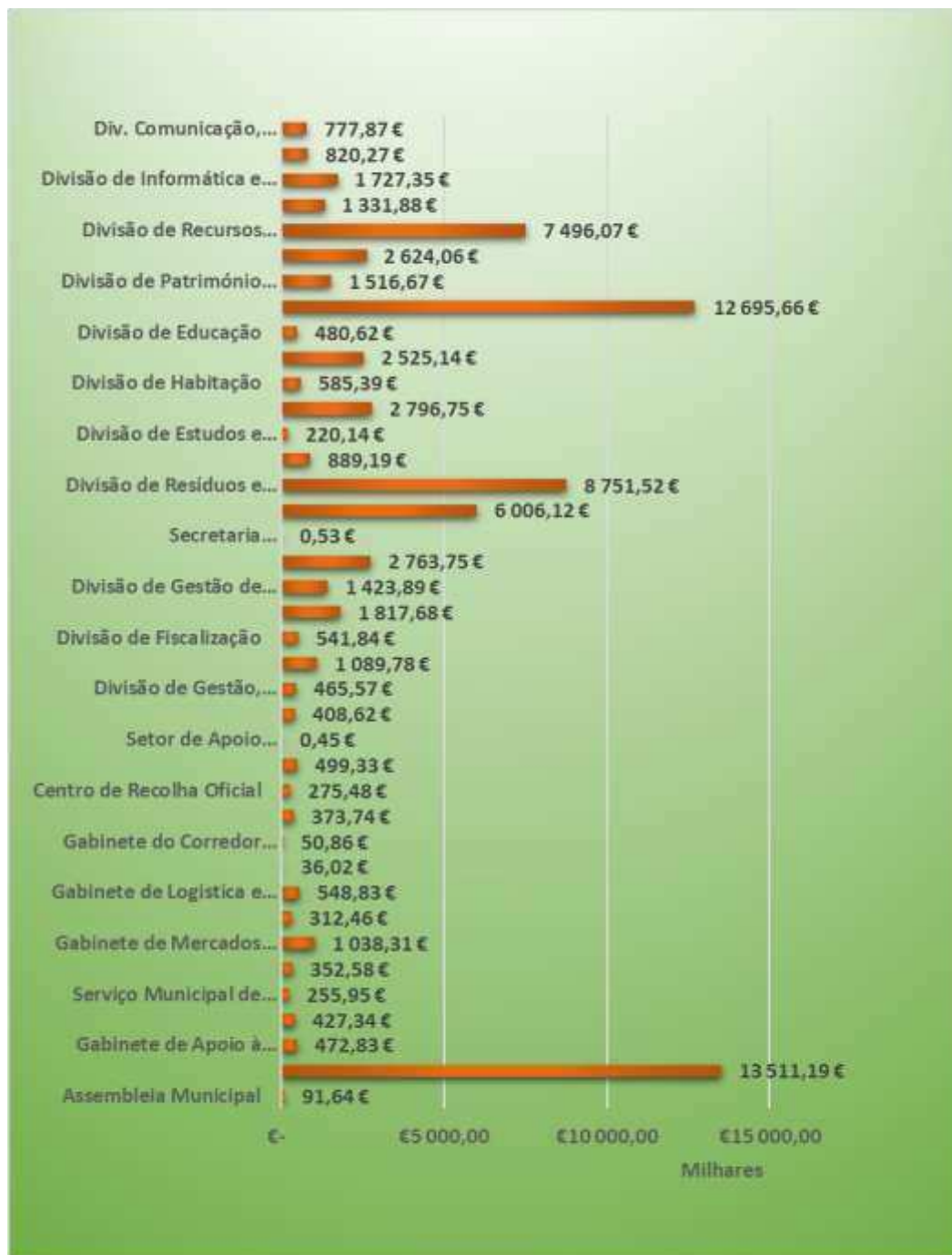
Estes 5 serviços absorvem 62,13% dos gastos por centros de responsabilidade.

Quanto aos rendimentos destaca-se a Câmara Municipal com um valor de 55,8 milhões de euros, equivalente a 65,97% do total dos rendimentos. O Departamento de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas e a Divisão de Gestão Escolar são as outras 2 unidades orgânicas que detêm maiores rendimentos, respetivamente 12,5 milhões de euros e 9,8 milhões de euros, ou seja 14,81% e 11,59% dos rendimentos totais.

Quadro n.º 18 – Comparação de Gastos e Rendimentos por centros de responsabilidade

Centro de Responsabilidade	Gastos 2025	%	Rendimentos 2025	%
Assembleia Municipal	91 641,21 €	0,12	25,79 €	0,00
Câmara Municipal	13 511 193,05 €	17,32	55 751 591,25 €	65,97
Gabinete de Apoio à Presidência	472 834,32 €	0,61	39,86 €	0,00
Gabinete de Apoio à Vereação	427 343,47 €	0,55	- €	0,00
Serviço Municipal de Proteção Civil	255 951,22 €	0,33	- €	0,00
Gabinete de Desenvolvimento Económico	352 580,02 €	0,45	- €	0,00
Gabinete de Mercados Municipais e Serviços Urbanos	1 038 306,78 €	1,33	330 352,98 €	0,39
Gabinete de Descentralização	312 455,74 €	0,40	- €	0,00
Gabinete de Logística e Equipamentos	548 828,70 €	0,70	- €	0,00
Gabinete Técnico Florestal	36 016,51 €	0,05	13 979,00 €	0,02
Gabinete do Corredor Ecológico do Rio Coina	50 863,72 €	0,07	- €	0,00
Centro de Educação Ambiental	373 737,96 €	0,48	16 296,65 €	0,02
Centro de Recolha Oficial	275 479,65 €	0,35	1 615,91 €	0,00
Dep. de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos	499 326,56 €	0,64	- €	0,00
Setor de Apoio Administrativo (SAA)	452,52 €	0,00	- €	0,00
Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Inform. Geográfica	408 620,48 €	0,52	8 686,12 €	0,01
Divisão de Gestão, Reabilitação, Revitalização Urbana e Licenciamento	465 573,86 €	0,60	3 770 116,84 €	4,46
Divisão de Obras Municipais, Estudos e Empreit e Energia	1 089 780,62 €	1,40	- €	0,00
Divisão de Fiscalização	541 843,87 €	0,69	885,20 €	0,00
Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Efic Energética	1 817 680,22 €	2,33	5 231,24 €	0,01
Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais	1 423 893,07 €	1,83	472,94 €	0,00
Dep. de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas	2 763 753,15 €	3,54	12 515 938,07 €	14,81
Secretaria Departamental (DAHUAR)	532,74 €	0,00	- €	0,00
Divisão de Águas e Saneamento	6 006 122,34 €	7,70	- €	0,00
Divisão de Resíduos e Higiene Urbana	8 751 519,91 €	11,22	- €	0,00
Divisão de Gestão Comercial	889 189,73 €	1,14	- €	0,00
Divisão de Estudos e Projetos de Águas e Saneamento	220 143,69 €	0,28	- €	0,00
Divisão Intervenção Social, Igualdade e Saude	2 796 746,03 €	3,59	1 802 256,06 €	2,13
Divisão de Habitação	585 391,41 €	0,75	75 944,62 €	0,09
Divisão de Cultura e Juventude	2 525 144,21 €	3,24	9 466,19 €	0,01
Divisão de Educação	480 620,56 €	0,62	- €	0,00
Divisão de Gestão Escolar	12 695 662,16 €	16,28	9 792 958,87 €	11,59
Divisão de Património Cultural, Arquivo Histórico e Turismo	1 516 671,91 €	1,94	7 747,67 €	0,01
Divisão de Desporto e Associativismo	2 624 055,03 €	3,36	370 619,37 €	0,44
Divisão de Recursos Humanos	7 496 066,84 €	9,61	- €	0,00
Divisão Jurídica e Administração Geral	1 331 883,05 €	1,71	30 923,40 €	0,04
Divisão de Informática e e Transição Digital	1 727 349,46 €	2,21	- €	0,00
Divisão Financeira e Patrimonial	820 266,81 €	1,05	- €	0,00
Div. Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	777 869,78 €	1,00	- €	0,00
Total	78 003 392,36 €	100,00	84 505 148,03 €	100,00

Gráfico n.º 30 – Gastos por centro de responsabilidade



VIII.3.2 – Desagregação por tipo de custo

Quadro n.º 19 – Desagregação por tipo de custo

Centro de Responsabilidade	Custos não incorporáveis	Custos diretos	Custos indiretos a bens e serviços	Total 2025
Assembleia Municipal	9,99 €	37 390,08 €	54 241,14 €	91 641,21 €
Câmara Municipal	6 312 228,31 €	6 609 351,57 €	589 613,17 €	13 511 193,05 €
Gabinete de Apoio à Presidência	17 417,81 €	448 520,89 €	6 895,62 €	472 834,32 €
Gabinete de Apoio à Vereação	10,00 €	415 575,71 €	11 757,76 €	427 343,47 €
Serviço Municipal de Proteção Civil	1 329,61 €	244 975,00 €	9 646,61 €	255 951,22 €
Gabinete de Desenvolvimento Económico	331,00 €	352 249,02 €	- €	352 580,02 €
Gabinete de Mercados Municipais e Serviços Urbanos	5 976,76 €	1 018 791,48 €	13 538,54 €	1 038 306,78 €
Gabinete de Descentralização	635,25 €	306 273,22 €	5 547,27 €	312 455,74 €
Gabinete de Logística e Equipamentos	102,73 €	529 381,63 €	19 344,34 €	548 828,70 €
Gabinete Técnico Florestal	74,39 €	35 942,12 €	- €	36 016,51 €
Gabinete do Corredor Ecológico do Rio Coina	16,34 €	50 847,38 €	- €	50 863,72 €
Centro de Educação Ambiental	1 929,11 €	371 808,85 €	- €	373 737,96 €
Centro de Recolha Oficial	465,68 €	275 013,97 €	- €	275 479,65 €
Dep. de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos	4 334,35 €	494 992,21 €	- €	499 326,56 €
Setor de Apoio Administrativo (SAA)	- €	452,52 €	- €	452,52 €
Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Inform. Geográfica	- €	408 620,48 €	- €	408 620,48 €
Divisão de Gestão, Reabilitação, Revitalização Urbana e Licenciamento	1 434,71 €	459 883,85 €	4 255,30 €	465 573,86 €
Divisão de Obras Municipais, Estudos e Empreit. e Energia	274 789,39 €	811 130,74 €	3 860,49 €	1 089 780,62 €
Divisão de Fiscalização	- €	534 244,09 €	7 599,78 €	541 843,87 €
Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Efic. Energética	29 829,85 €	1 738 267,17 €	49 583,20 €	1 817 680,22 €
Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais	8 227,24 €	1 399 054,23 €	16 611,60 €	1 423 893,07 €
Dep de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas	16 432,86 €	2 746 654,09 €	666,20 €	2 763 753,15 €
Secretaria Departamental (DAHUAR)	- €	532,74 €	- €	532,74 €
Divisão de Águas e Saneamento	15 685,96 €	5 981 227,01 €	9 209,37 €	6 006 122,34 €
Divisão de Resíduos e Higiene Urbana	37 443,35 €	8 712 588,32 €	1 488,24 €	8 751 519,91 €
Divisão de Gestão Comercial	1 779,86 €	874 343,25 €	13 066,62 €	889 189,73 €
Divisão de Estudos e Projetos de águas e Saneamento	2 277,94 €	217 865,75 €	- €	220 143,69 €
Div. Interv. Social, Igualdade e Saude	42 497,06 €	2 746 398,94 €	7 850,03 €	2 796 746,03 €
Divisão de Habitação	5 376,33 €	580 015,08 €	- €	585 391,41 €
Divisão de Cultura e Juventude	8 857,37 €	2 505 517,33 €	10 769,51 €	2 525 144,21 €
Divisão de Educação	16 384,37 €	464 236,19 €	- €	480 620,56 €
Divisão de Gestão Escolar	36 747,57 €	12 581 090,68 €	77 823,91 €	12 695 662,16 €
Divisão de Património Cultural, Arquivo Histórico e Turismo	9 196,06 €	1 500 887,23 €	6 588,62 €	1 516 671,91 €
Divisão de Desporto e Associativismo	55 639,34 €	2 568 143,60 €	272,09 €	2 624 055,03 €
Divisão de Recursos Humanos	6 296 493,75 €	1 199 573,09 €	- €	7 496 066,84 €
Divisão Jurídica e Administração Geral	16 428,94 €	1 299 128,15 €	16 325,96 €	1 331 883,05 €
Divisão de Informática e e Transição Digital	19 625,83 €	1 707 588,05 €	135,58 €	1 727 349,46 €
Divisão Financeira e Patrimonial	8 009,30 €	807 591,79 €	4 665,72 €	820 266,81 €
Div. Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	14 941,70 €	758 535,13 €	4 392,95 €	777 869,78 €
Total	13 262 960,11 €	63 794 682,63 €	945 749,62 €	78 003 392,36 €



VIII.4 - Apuramento por funções

A análise dos custos por função permite-nos avaliar o esforço financeiro desenvolvido nas diversas áreas de intervenção do Município. Estes custos podem ser diretos ou indiretos a bens e serviços.

Os custos diretos a bens e serviços representam cerca de 99 % do total dos custos por funções.

As funções sociais são as que absorvem um maior investimento, com 44,3 milhões de euros, que correspondem a 68,63 % do total de custos.

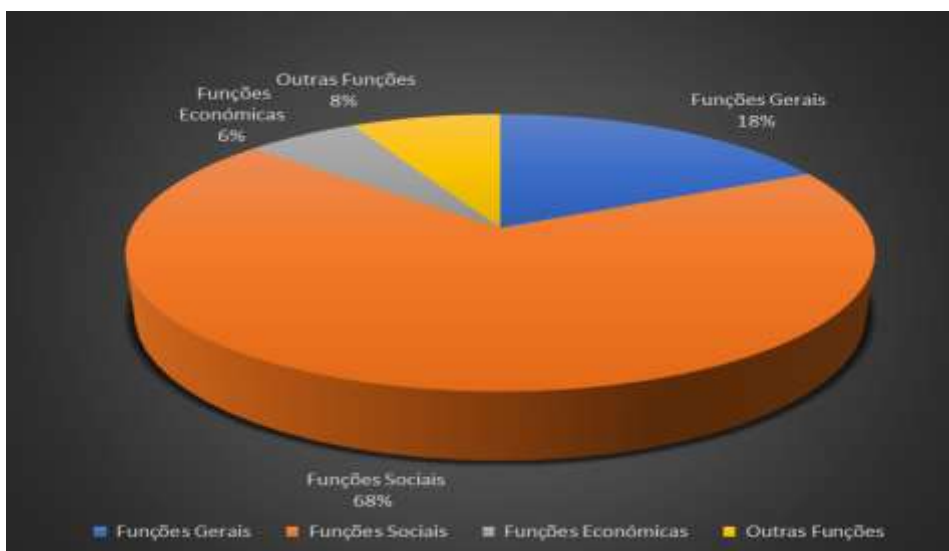
A educação é quem mais contribui para este valor com 14,5 milhões de euros, sensivelmente 22,46 % do total de custos, seguido dos resíduos sólidos que com 7,9 milhões de euros, aproximadamente 12,24 % dos custos totais.

As funções gerais totalizam 11,5 milhões, que correspondem a 17,87 % dos custos por funções. As funções económicas equivalem a 3,8 milhões de euros e as outras funções 5 milhões de euros, respetivamente 5,83 % e 7,67 % do total de custos.

Quadro n.º 20 – Custos por função

Função	Designação da Função	Custos Diretos a Bens e Serviços 2025	Custos Indiretos a Bens e Serviços 2025	Total 2025	%
1	Funções Gerais	11 281 787,33 €	259 807,30 €	11 541 594,63 €	17,87
111	Administração geral	10 300 350,28 €	250 160,69 €	10 550 510,97 €	16,33
121	Proteção civil e luta contra incêndios	981 437,05 €	9 646,61 €	991 083,66 €	1,53
2	Funções Sociais	43 693 677,51 €	639 207,65 €	44 332 885,16 €	68,63
211	Ensino não superior	14 488 337,47 €	16 883,31 €	14 505 220,78 €	22,46
212	Serviços auxiliares de	105 233,06 €	40 032,13 €	145 265,19 €	0,22
221	Serviços individuais d	694 100,68 €	- €	694 100,68 €	1,07
232	Ação social	1 808 288,11 €	- €	1 808 288,11 €	2,80
241	Habituação	622 933,50 €	- €	622 933,50 €	0,96
242	Ordenamento do territ	1 105 806,25 €	537 371,68 €	1 643 177,93 €	2,54
243	Saneamento	4 186 019,70 €	- €	4 186 019,70 €	6,48
244	Abastecimento de água	2 146 944,34 €	- €	2 146 944,34 €	3,32
245	Resíduos sólidos	7 906 130,99 €	83,72 €	7 906 214,71 €	12,24
246	Proteção do meio ambiente e conservação da	5 365 404,42 €	44 836,81 €	5 410 241,23 €	8,38
251	Cultura	2 544 359,16 €	- €	2 544 359,16 €	3,94
252	Desporto, recreio e la	2 554 503,96 €	- €	2 554 503,96 €	3,95
253	Outras actividades cívicas e religiosas	165 615,87 €	- €	165 615,87 €	0,26
3	Funções Económicas	3 719 506,05 €	46 734,67 €	3 766 240,72 €	5,83
320	Indústria e energia	565 427,21 €	- €	565 427,21 €	0,88
331	Transportes rodoviári	1 350 220,38 €	46 734,67 €	1 396 955,05 €	2,16
341	Mercados e feiras	546 399,76 €	- €	546 399,76 €	0,85
342	Turismo	426 210,33 €	- €	426 210,33 €	0,66
350	Outras funções econó	831 248,37 €	- €	831 248,37 €	1,29
4	Outras Funções	4 953 764,53 €	- €	4 953 764,53 €	7,67
420	Transferências entre administrações	1 450 409,04 €	- €	1 450 409,04 €	2,25
430	Diversas não especific	3 503 355,49 €	- €	3 503 355,49 €	5,42
Total de Custos Diretos e Indiretos por funções		63 648 735,42 €	945 749,62 €	64 594 485,04 €	100

Gráfico n.º 31 – Custos por função



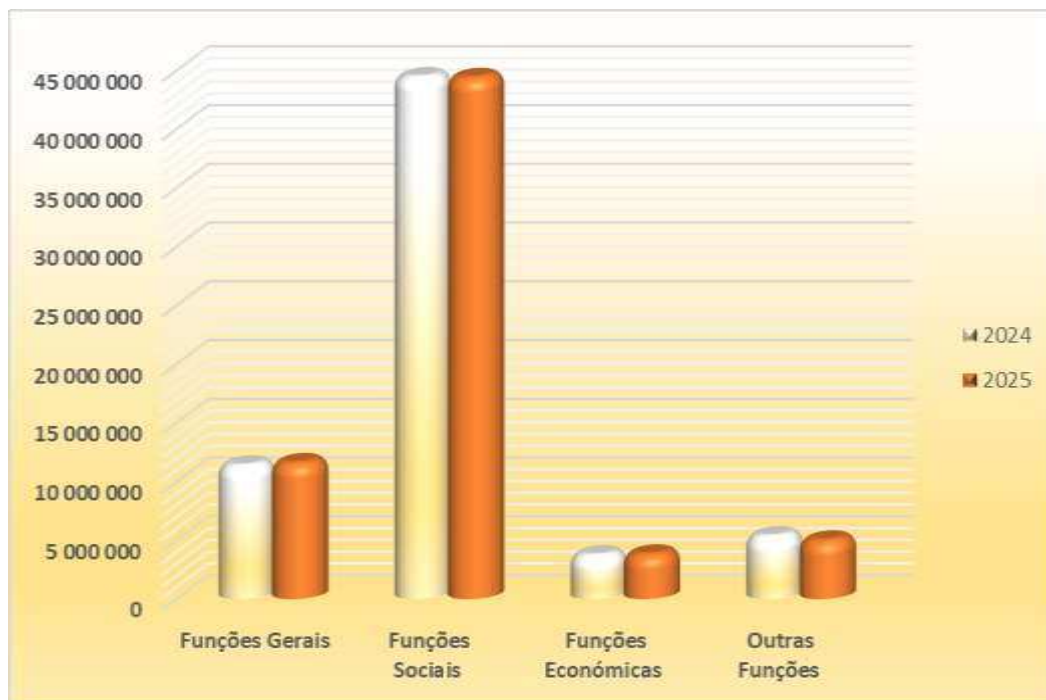
Analisando a evolução dos custos por função conclui-se que estes evidenciam uma ligeira diminuição de 0,19% face ao ano anterior. As funções económicas são as que apresentam um maior crescimento, com uma variação positiva de 2,20%, enquanto as funções gerais aumentaram 1,88%.

As restantes funções exibem variações negativas, sendo as outras funções as que revelam a maior redução com uma variação de 6,64%, enquanto as funções sociais apresentam uma redução de 0,14%.

Quadro n.º 21 – Evolução dos Custos por função

Designação da Função	2024	2025	Δ Anual
Funções Gerais	11 329 084,76 €	11 541 594,63 €	1,88%
Funções Sociais	44 394 506,67 €	44 332 885,16 €	-0,14%
Funções Económicas	3 685 062,52 €	3 766 240,72 €	2,20%
Outras Funções	5 305 829,52 €	4 953 764,53 €	-6,64%
Total de Custos por funções	64 714 483,47 €	64 594 485,04 €	-0,19%

Gráfico n.º 32 – Evolução dos custos por função



VIII.5 - Custos da estrutura

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos gastos e rendimentos por cada unidade orgânica do Município.

A unidade orgânica com maior investimento é a DRHU, com 2,9 milhões de euros, seguida da DITD com 1,7 milhões de euros gastos.

Também a DAEVEE, DGEM e o DRH demonstram gastos elevados com aproximadamente 1 milhão de euros.

Analisando os rendimentos verifica-se que a Câmara Municipal engloba a quase totalidade dos rendimentos do Município.

Quadro n.º 22 – Custos da estrutura

Estrutura Orgânica	Gastos 2025	Rendimentos 2025
Orgãos de Autarquia	669 962,27 €	53 888 692,61 €
AM-Assembleia Municipal	58 900,26 €	
CM-Câmara Municipal	611 062,01 €	53 888 692,61 €
Gabinetes Dependentes da Presidência	869 084,43 €	- €
GAP-Gabinete de Apoio à Presidência	197 439,73 €	- €
GAV - Gabinete de Apoio à Vereação	461 808,55 €	- €
SMPC-Serviço Municipal de Proteção Civil	209 836,15 €	- €
Gabinetes de Atividades Operacionais	1 171 843,64 €	13 979,00 €
GDE - Gabinete de Desenvolvimento Económico	293 264,02 €	- €
GMMSU - Gabinete de Mercados Municipais e Serviços Urbanos	249 840,30 €	- €
GD - Gabinete de Descentralização	85 053,17 €	- €
GLE - Gabinete de Logística e Equipamentos	229 730,62 €	- €
GTF - Gabinete Técnico Florestal	31 457,23 €	13 979,00 €
GCERC - Gabinete do Corredor Ecológico do Rio Coia	67 552,52 €	- €
CEA - Centro de Educação Ambiental	64 692,96 €	- €
CRO - Centro de Recolha Oficial	150 252,82 €	- €
Unidades Orgânicas	16 203 977,62 €	5 379,04 €

DPGTE-Departamento de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos	3 986 032,09 €	5 280,77 €
SAA - Setor de Apoio Administrativo	471,74 €	- €
DPOTIG - Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Inform. Geográfica	70 596,02 €	- €
GM - Gabinete de Mobilidade	12 612,75 €	- €
GSIG - Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica	27,12 €	- €
DGRRUL - Divisão de Gestão, Reabilitação, Revitalização Urbana e Licenciamento	392 394,40 €	- €
GPIP - Gabinete de Projetos e Investimento Prioritários	24 247,78 €	- €
DOMEEE - Divisão de Obras Municipais, Estudos e Empreit. e Energia	670 001,28 €	- €
DF - Divisão de Fiscalização	265 496,48 €	- €
DAEVVE - Divisão de Ambiente, Espaços Verdes e Efic. Energética	1 070 133,49 €	5 231,24 €
DGEM - Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais	1 019 060,82 €	49,53 €
DPGTE - Dep. de Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos	460 990,21 €	- €

DAHUAR-Departamento de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas	5 259 786,72 €	- €
SD - Secretaria Departamental (DAHUAR)	1 378,97 €	- €
SA - Setor de Águas	606 346,62 €	- €
SS - Setor de Saneamento	277 404,42 €	- €
SAP - Setor de Águas Pluviais	115 798,81 €	- €
SSAP - Setor de Saneamento e de Águas Pluviais	7 183,36 €	- €
DAS-Divisão de Águas e Saneamento	407 482,56 €	- €
DRHU-Divisão de Resíduos e Higiene Urbana	2 859 534,96 €	- €
DGC-Divisão de Gestão Comercial	690 843,25 €	- €
DEPAS - Divisão de Estudos e Projetos de águas e Saneamento	28 127,34 €	- €
DAHUAR-Departamento de Águas e Higiene Urbana e Atividades Reguladas	265 686,43 €	- €
Unidades Orgânicas Socio-culturais, Desporto e Educação	2 250 215,18 €	- €
DISISH-Divisão de Intervenção Social, Igualdade e Saude	425 548,48 €	- €
DH - Divisão de Habitação	185 367,44 €	- €
DCJ - Divisão de Cultura e Juventude	274 813,65 €	- €
GJ - Gabinete da Juventude	56 609,92 €	- €
DE - Divisão de Educação	190 054,74 €	- €
DGE - Divisão de Gestão Escolar	502 995,20 €	- €
DPCAHT - Divisão de Património Cultural, Arquivo Histórico e Turismo	280 308,49 €	- €
DDA - Divisão de Desporto e Associativismo	334 517,26 €	- €

Restantes Unidades Orgânicas	4 707 943,63 €	98,27 €
DRH-Divisão de Recursos Humanos	1 023 437,37 €	- €
DJAG - Divisão Jurídica e Administração Geral	815 711,42 €	- €
Gabinete de Apoio ao Cidadão	2 618,00 €	- €
DITD - Divisão de Informática e e Transição Digital	1 748 403,07 €	98,27 €
DITD - Gestão de Redes	32 972,58 €	- €
DITD - Gestão de Equipamentos (hardware,software)	1 238 213,15 €	- €
DITD - Rede de Comunicações	153 183,96 €	- €
DITD - Custos com impressão/reprodução	64 270,59 €	- €
DITD - Suporte a utilizadores	32 106,14 €	- €
DITD - Custos Comuns	227 656,65 €	98,27 €
DITD - Territórios Inteligentes	- €	- €
DFP - Divisão Financeira e Patrimonial	708 339,96 €	- €
DCRPP - Div. Comunicação, Relações Públicas e Protocolo	409 433,81 €	- €
Comuns a todos os serviços	- €	- €
Total	18 914 867,96 €	53 908 050,65 €



IX – Fundo de Financiamento da Descentralização

A Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, com o intuito de concretizar os princípios da subsidiariedade, descentralização administrativa e poder local, numa lógica de maior proximidade com a população.

No caso concreto do Município do Barreiro, foram assumidas competências em três áreas específicas: Educação, Ação Social e Saúde, a primeira com início ainda em 2022 e as seguintes, em abril e julho de 2023, respetivamente.

A concretização da transferência destas competências encontra-se plasmada nos:

- Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, no domínio da Educação;
- Decreto-Lei 23/2019 de 30 de janeiro, no domínio da Saúde e
- Decreto-Lei 55/2020 de 12 de agosto, no domínio da Ação Social.

A sua assunção, traduziu-se num impacto com alguma relevância quer a nível financeiro, quer ao nível dos recursos humanos, obrigando a uma efetiva reorganização interna do Município para acomodar uma nova realidade.

Atendendo a este enquadramento, existem indicadores de análise para cada uma das áreas, cujo acompanhamento deve ser efetuado em permanência, relevando para este mesmo acompanhamento o total de despesas para cada Competência assumida, assim como a receita transferida pela Administração Central (via DGAL) para fazer face às mesmas, receita esta que se distribui pelas seguintes componentes:

Educação	Recursos Humanos
	Apoios Alimentares
	Transportes
	Atividades Extra Curriculares
	Atividades de Apoio e Acompanhamento às Famílias
	Encargos com Instalações
	Conservação de Instalações
	Equipamentos
	Seguros e Higiene no Trabalho
Ação Social	Recursos Humanos
	Protocolos Rendimento Social de Inserção
	Subsídios Eventuais
	Instalações e Funcionamento
	Seguros e Higiene no Trabalho
Saúde	Recursos Humanos
	Custos Logísticos
	Imóveis
	Seguros e Higiene no Trabalho

As tabelas e gráficos que infra se apresentam, têm como objetivo fazer uma súmula da Receita recebida da Administração Central e da despesa ocorrida com este processo, conforme reporte efetuado à DGAL, em cumprimento dos deveres de informação legalmente previstos.

Conforme se poderá verificar a maior fatia cabe, quer em termos de receita, quer em termos de despesa, à Educação, seguida da Ação Social e por fim da Saúde, que representa a parcela com menor expressão em termos financeiros, no âmbito da Descentralização de Competências, até à data.

Quadro n.º 23 – Receita por competência

Competência	
Educação	7 567 900,00
Ação Social	772 904,00
Saúde	1 282 478,00
Total Geral Receita	9 623 282,00

Gráfico n.º 33 – Receita por competência



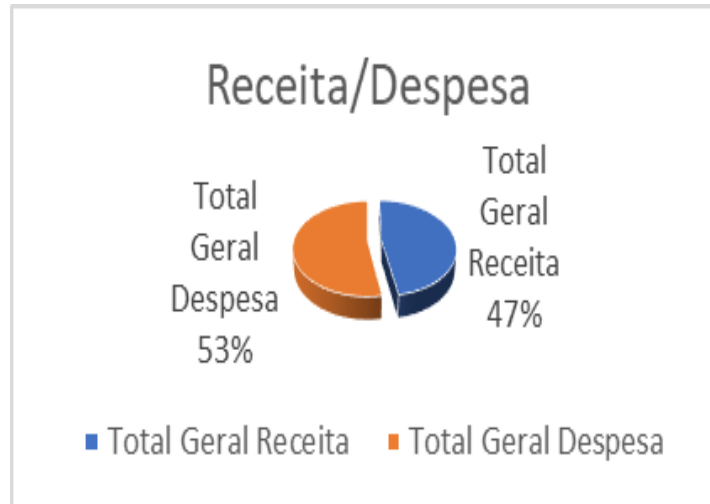
Quadro n.º 24 – Despesa por competência

Competência	Valor
Educação	9 669 384,81
Ação Social	830 510,41
Saúde	355 073,75
Total Geral Despesa	10 854 968,97

Gráfico n.º 34 – Despesa por competência



Gráfico n.º 35 – Comparação Receita / Despesa





X – Proposta de aplicação do resultado líquido do período

Considerando que o resultado líquido do exercício é positivo no montante de 6.515.897,51 € propõe-se, que o mesmo seja transferido para a conta de resultados transitados.